

ATO

escola de
psicanálise

Ano 10, n. 10 | p. 1-166 | 2024
ISSN: 23594063

Psicanálise no século XXI: POLÍTICA E ÉTICA



Revista da ATO – escola de psicanálise | Belo Horizonte
Psicanálise no século XXI: Política e ética
Ano 10, n. 10 | p. 1-166 | 2024
ISSN: 23594063

Copyright © 2024 by ATO – escola de psicanálise

COMISSÃO DA REVISTA

Maria de Fátima Andrade Chadid
Marília Pires Botelho
Viviane Gambogi Cardoso

CONSELHO EDITORIAL

Wagner Siqueira Bernardes
Margareth Almeida Khattar
Marília Dantas
Marcilena Assis Toledo
Maria Augusta Friche

Psicanálise no século XXI: política e ética / Revista da ATO
– escola de psicanálise. – Ano 10, n.10, 2024. – Belo
Horizonte, 2024.

v.
Anual
Inclui bibliografia.
ISSN: 23594063

1. Periódicos. 2. Psicanálise – Periódicos. I. ATO – escola de
psicanálise.

CDD: 157.25
CDU: 616.891.6

PRODUÇÃO GRÁFICA E DIAGRAMAÇÃO Júnior Sena

CAPA E SITE Andréa Silveira

**REVISÃO GRAMATICAL DE PORTUGUÊS, FORMATAÇÃO E NORMALIZAÇÃO DAS REFERÊN-
CIAS BIBLIOGRÁFICAS** Igor dos Reis Alcântara e Regina Gambogi
Alkmim

ATO | escola de
psicanálise

Rua Padre Odorico, 128 | sala 701 | São Pedro
CEP: 30330-040 | Belo Horizonte | MG | Tel: (31) 3241-1255
www.atoescoladepsicanalise.com.br | ato@atoescoladepsicanalise.com.br

SUMÁRIO

Transmissão, política e ética

9 *Ética e Mal-estar*

Ana Maria Fabrino Favato

19 *A direção do tratamento: política e ética*

Viviane Gambogi Cardoso

37 *Formação e transmissão em psicanálise: uma questão topológica*

Celina Gibram Jancik Rey

Jander Augusto Pereira

Margareth Almeida Khattar

Maria Aparecida Oliveira do Nascimento

Marília Pires Botelho

45 *Sobre uma certa posição do psicanalista*

Raul Macedo Ribeiro

55 *Como não viver juntos*

Juliana Meirelles Motta

Do feminino: sexuação

79 *A morte de Jocasta: a transmissão de um desejo*

Jaider Junior de Souza Lima

Da clínica: desejo, sublimação e ética

93 *O desejo inibido*

Maria Luiza Bassi

101 *Plissados, por favor!: sobre sublimação e pulsão de morte*

Izabel Haddad

109 *A clínica de uma ética nos horizontes de nossa época*

Bárbara Guatimosin

Interseção psicanálise e direito – produções de cartel

121 *Os limites da lei entre o desejo e o gozo*

Rosana Scarponi Pinto

133 *Época de guarda compartilhada*

Viviane de Campos Moreira

145 *A relação amorosa no contexto do rompimento matrimonial: estudo a partir da obra “O mal-estar na cultura”, de Sigmund Freud*

Carolina Zeferino Bassi

153 **Normas de publicação**

EDITORIAL

Psicanálise no século XXI: política e ética

“Freud morreu muitas vezes, e é nisso que reside sua força descomunal. Estaria o século XXI à altura de Freud? Ou, dizendo de outro modo, o nosso século sobreviverá a Freud?”
(IANNINI, 2024, p. 35-36)

A psicanálise se pergunta sobre sua práxis desde seu nascimento. Com a descoberta do inconsciente, através da clínica, Freud desvela os sintomas de sua época.

Quem analisa hoje, de que lugar se interpreta, o que é da transferência, como o analista age com seu ser são questões que Lacan lança, em 1956, em seu texto “A direção do tratamento e o princípio de seu poder”. Com o intuito de retomar os princípios da psicanálise, que estavam sendo perdidos e desviados, ele mostra o percurso em que o desejo do analista se apresenta.

Tática, estratégia e política nos dão a direção do tratamento e revelam os princípios de seu poder. O ato do analista é livre desde que a transferência se coloque como limite a partir da falta a ser do analista.

Freud inova sua teoria até o final de sua vida. A questão do feminino se abre. Ele reinventa o Édipo na sexualidade feminina, deslocando-o do centro da neurose.

É a partir do engajamento do analista com sua prática, inseparável da própria análise, que se alcança, no horizonte, a subjetividade de uma época, sem desconhecer a estrutura e a função poética da linguagem.

O sujeito contemporâneo com seu sintoma/gozo não é refratário à psicanálise. Mas o que muda, então, no século XXI, com relação à psicanálise? Quais são os norteadores de nossa prática atual? Essas perguntas e outras mais orientaram nosso trabalho de escola em 2023 e tiveram como efeito as produções desta revista.

Referência

IANNINI, Gilson. *Freud no século XXI: Volume I: O que é psicanálise?* Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

Boa leitura!

Viviane Gambogi Cardoso

Transmissão, política e ética



Ética e mal-estar

Ana Maria Fabrino Favato ¹

Resumo: Partindo das leituras dos textos “Mal-estar na cultura” de Freud (1930) e “Kant com Sade” de Lacan (1963), este trabalho investiga, de forma breve e pontual, o campo da ética e da moral superegoica a partir do elemento patológico do imperativo categórico kantiano. Para Lacan (1963), Sade, com sua antimoral, testa os limites da moral kantiana. Mas há um objeto inominável a ser reencontrado na realidade, em um e em outro, que faz Freud identificar, na postura moral de todo sujeito, tanto a culpa quanto o prazer.

Palavras-chave: Mal-estar. Supereu. Imperativo kantiano. Desejo. Gozo.

Este trabalho é uma produção breve e pontual extraída da leitura de três campos: o mal-estar, a ética e a clínica. O primeiro, guiado pela condução argumentativa de Freud (1930) em “Mal-estar na cultura”; o campo da ética, fruto da leitura em cartel do texto lacaniano “Kant com Sade”; o último, efeito da escuta de um analisando.

Começemos pelo mal-estar! Freud (1930) afirma que toda fonte de sofrimento da qual buscamos nos proteger provém da cultura. Apesar de todos os métodos e subterfúgios

1 Psicanalista. Membro da ATO – escola de psicanálise.

que a cultura constrói para tornar suportável a renúncia pulsional, ainda resta um mal-estar incontornável.

No plano cultural, as exigências ferozes do supereu decidem o destino da subjetividade e dos laços sociais. O objetivo é enfraquecer e privar o indivíduo de sua tendência à agressão e, para isso, a instância moral, nossa consciência no interior do eu vigia o sujeito como se esse fosse uma cidade sitiada. O Eu é tomado, vencido, derrotado pelo supereu, que transforma o prazer da agressão externa em punição interna. Mais ainda, o Eu é forçado a considerar-se culpado (FREUD, 1930). O supereu atormenta o eu pecador quando este é continuamente impelido às suas satisfações pulsionais, e quanto mais restrições, ou privações ao eu, mais essa instância moral se torna rigorosa.

Se as virtudes morais e intelectuais serviram aos filósofos da antiguidade para a busca da felicidade no bem, Freud enuncia a ascensão do tema da felicidade no mal, felicidade no mal que desejo. Para Freud (1930), estar bem no mal representa a clara submissão do sujeito à lei do inconsciente, lei que está estreitamente ligada à própria estrutura do desejo. Ele escreve: “No mais das vezes, o mal não é, em absoluto, aquilo que é prejudicial, perigoso ao Eu, ao contrário, é até mesmo algo desejado por ele, que lhe traz prazer.” (FREUD, 1930, p. 378).

Contrariamente ao que se pensava de que o medo de punição externa levaria o indivíduo a conter seus desejos ou impulsos agressivos, Freud (1930) conclui o inverso:

Toda renúncia pulsional se torna, a partir de agora, uma fonte da consciência moral, cada nova renúncia intensifica a sua severidade e intolerância, e se apenas pudéssemos colocar isso em consonância com a história da origem da consciência moral, tal como a conhecemos, seríamos tentados a admitir a seguinte tese paradoxal: a consciência moral é a consequência da renúncia pulsional; ou: a renúncia pulsional (que nos é imposta de fora) cria a consciência moral, que então exige mais uma renúncia pulsional. (FREUD, 1930, p. 383).

A renúncia pulsional que a cultura exige regula profundamente a conduta dos indivíduos. Como herdeiro do complexo de Édipo e fonte de nossa eticidade individual, o superego ganha para Freud o lugar do imperativo categórico kantiano (FREUD, 1924). Ele é o elemento patológico da lei kantiana, uma lei paradoxal em que há culpa e prazer ao mesmo tempo sem que se saiba disso.

Passemos, então, à ética! Ao trazer a moral kantiana, Lacan (1963) investiga a relação do sujeito com a moral extraída de um exemplo do filósofo: quando alguém não consegue resistir em satisfazer suas paixões com o objeto amado, seria ele levado a esse prazer mesmo sabendo que o cadafalso o aguarda tão logo sacie seu desejo? Certamente, passar a noite com a amante implica a travessia do desejo à morte. O desejo seria, então, mais forte que o amor à vida ou a renúncia ao gozo falaria mais alto?

Para Kant, em sua obra “Crítica da Razão Pura”, de 1788, é inconcebível que um defensor da paixão se lance, sem pensar, ao castigo do cadafalso e não defenda sua vida. Por outro lado, para esse mesmo indivíduo, o filósofo se indaga se:

[...] ante as ameaças de um príncipe (entre elas a de perder a vida) que quisesse arruinar a alguém mediante pretextos capciosos e que ele para tal exigisse um falso testemunho, perguntai se ele acredita poder subjugar o seu amor à vida, por pouco apreço que tenha à mesma e se, por conseguinte, negaria testemunhar (KANT, 1788, p. 40).

Kant (1788) assegura que, sem vacilar, o indivíduo recorre ao dever da lei moral de contrariar o desejo do príncipe tirano, mesmo com o risco de perder a vida. Para o filósofo, o sujeito deve ter em sua prática uma vontade de querer agir para o bem, de caráter universal e sem o *páthos*, ou seja, sem prazer, sem afetos, sem subjetividade, sem inclinações, sem interesse, sem utilidade, sem tudo aquilo que dificultaria nossa ação e que violaria a lei da razão ou ética do dever.

Ao comentar essa passagem do texto kantiano, Lacan (1963) diz que Kant tiraria o chapéu para esse sujeito que não se submete às paixões e que tem a consciência da lei moral dentro de si. Nesse sentido, o cadafalso não é a lei, ele entra apenas para atar o sujeito à vida. Para salvar a vida e não perder toda a razão de viver, o desejo, em um ser moral, passa à categoria de imperativo categórico; uma lei imperativa da razão que encosta o sujeito na parede (LACAN, 1963).

“Age de tal modo que a máxima de tua vontade possa sempre valer como princípio de uma legislação universal” (KANT, 1788, p. 40). Ninguém jamais pode colocar em prática esse axioma de uma lei universal e sem o *páthos*. Encontramos nesse imperativo categórico seu próprio im-

pedimento e seu fracasso. Para Lacan (1963), Kant ignora o gozo, e quando a lei está no gozar, o desejo não se sustenta. Basta fazer com que a vida não tenha sentido para se produzir um covarde e basta que o gozo seja um mal para se ter um pecador.

O caráter extremista e insensato desse imperativo no mundo contemporâneo da linguagem eletrônica, da automação, das redes sociais, dos algoritmos, da inteligência artificial, encontra eco e renova a máxima kantiana segundo Lacan:

“Nunca ajas senão de modo que tua ação possa ser programada” (LACAN, 1959-1960, p. 99). O desejo não é reconhecido pela inteligência artificial. Um sujeito falado pela cadeia significante, programado pelos algoritmos ou ainda coagido pelo imperativo superegoico está longe de alcançar o Bem Supremo, esperado por Kant. Lacan (1959-1960) ressalta que as sociedades vivem bem sem a aplicação de leis universais, aliás “é pela transgressão dessas máximas que as sociedades prosperam” (LACAN, 1959-1960, p. 99).

Nesse ponto, Lacan introduz Sade, para afirmar que a obra do marquês, como uma espécie de antimoral, destaca os critérios kantianos. Ele diz, “Aqui, Sade é o passo inaugural de uma subversão da qual, por mais picante que isso pareça, considerada a frieza desse homem, Kant é o ponto decisivo, e jamais identificado, ao que saibamos, como tal.” (LACAN, 1963, p. 776).

Sade testa os limites da moral kantiana e convoca os franceses a uma ruína das autoridades, das monarquias e, em

um esforço do movimento revolucionário, inclui em seu romance “A filosofia na alcova”, um panfleto com o título: “Franceses, mais um esforço para serem republicanos”.

Ele derruba os imperativos fundamentais da lei moral religiosa e preconiza o incesto, o adultério, o roubo e o que mais se possa querer. Lacan (1959-1960) extrai de Sade a seguinte máxima: “Tomemos como máxima universal de nossa ação o direito de gozar de outrem, quem quer que seja, como instrumento de nosso prazer” (LACAN, 1959-1960, p. 100). Também uma lei universal que, imaginariamente, abriria as comportas do desejo, com cada um levando a seu extremo as exigências do prazer, mas sem a paixão, apenas por pura natureza.

Como, então, enfrentar, por um lado, essa vontade de gozo nociva de meu próximo e, por outro, meu próprio gozo danoso? Sem *páthos*, sem paixão, sem sujeito, nem Kant nem Sade conseguiram fazer de sua moral uma lei universal.

Não sei se estou vivo ou morto. Com essa fala, um analisando inicia sua análise. Vem da área das ciências exatas e tem na lógica matemática a orientação para suas ações; conta sempre com a exatidão dos cálculos. Mas há algo que não entra nessa equação e o erro aparece no real, manifesta-se no furo de sua cadeia e, então, penaliza-se ao avaliar que não fez o certo. A impossibilidade de cumprir com esse imperativo superegoico de estar bem no bem o levam à análise.

Estando em uma neurose de restrição, de coerção, de mandamento do supereu, preso nas mesmas palavras e signifi-

cações para descrever as situações em que vive, submetido ao que retorna no mesmo lugar, esse analisando procura um desejo que lhe seja próprio para fortalecer seu Eu. “É desse eu (...) que a ação moral se apresenta como experiência de satisfação” (LACAN, 1959-1960, p. 74).

Na lei moral há um objeto inominável, sempre a ser reencontrado na realidade. Não à toa, o desfecho do mandamento ético pode terminar com o escândalo de se estar bem no mal. Esse jovem pensa, calcula, planeja, imagina com a linguagem binária dos algoritmos e não reconhece o real ao qual todo ser falante está submetido. Cativo da lei do inconsciente sem o saber, suspenso entre dois significantes – vivo/morto – esse analisando tenta resistir, permanecer vivo após a emergência do real e não se faz tolo do inconsciente. Não quer se ver enganado pelo inconsciente, por isso erra, vagueia na cadeia significante. “Se na língua, a estrutura deve-se imaginá-la, não está aí o que antecipo por meio da fórmula: os não-tolos erram?” (LACAN, 1973-1974, p. 20).

Ao procurar um sentido na estrutura, ao imaginar da maneira mais louca a realidade, o sujeito se vê atormentado pelo saber inconsciente que só o faz gozar. Se há um libelo para o discurso analítico, este seria: analisandos, mais um esforço para serem tolos do inconsciente. Há que ser tolo para ajustar-se à estrutura que manca. Essa é a ética do discurso do analista, uma ética que se fundaria na recusa de ser não-tolo desse inconsciente que é o único patrimônio do saber para um sujeito em análise.

Abstract: Partant des textes “Malaise dans la culture” de Freud (1930) et “Kant avec Sade” de Lacan (1963), ce travail étudie, de manière brève et ponctuelle, le champ de l'éthique et de la morale du surmoi à partir de l'élément pathologique de l'impératif catégorique kantien. Pour Lacan (1963), Sade avec son antimoralité teste les limites de la morale kantienne. Mais il y a un objet innommable à retrouver dans la réalité, dans l'un et dans l'autre, qui amène Freud à identifier, la posture morale de chaque sujet, à la fois la culpabilité et le plaisir.

Mots-clés: Malaise. Surmoi. Impératif Kantien. Désir. Jouissance.

Referências

FREUD, Sigmund. O mal-estar na cultura (1930). In: _____. *Cultura, sociedade, religião: o mal-estar na cultura e outros escritos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 305-410.

FREUD, Sigmund. O problema econômico do masoquismo (1924). In: _____. *Neurose, psicose, perversão*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 287-304.

LACAN, Jacques. Kant com Sade (1963). In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 776-803.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 07: a ética da psicanálise (1959-1960)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 21: os não-tolos erram/os nomes do pai (1973-1974)*. Trad. e org.

Frederico Denez e Gustavo Capobianco Volaco. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, 275 p. Disponível em: <<http://www.editorafi.org>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

SADE, Marquês de. *A filosofia na alcova*. Brasília: Coordenada Editora de Brasília Ltda., 1969.

KANT, Emmanuel. *Crítica da Razão Prática* (1788). Tradução e prefácio de Afonso Bertagnoli. Rio de Janeiro: Ediouro-Coquetel/60624. Coleção Universidade de Bolso, sem data, 149 p.

A direção do tratamento: política e ética

Viviane Gambogj Cardoso ¹

Resumo: A proposta deste trabalho é explorar o texto de Lacan (1958) “A direção do tratamento e os princípios de seu poder”, em que ele retoma, eminentemente, a clínica da psicanálise e sua relação com a política e a ética. A transferência, a interpretação e o desejo são os norteadores desse texto do psicanalista francês. Pretendemos, ainda, ir além com a teoria lacaniana situando a política no campo do gozo e do não-todo na direção do tratamento por meio das elaborações de Quinet (2021).

Palavras-chave:

Direção do tratamento. Política. Estratégia. Tática. Ética. Transferência. Desejo. Interpretação. Sexuação. Não-todo.

Em 2023, a proposta da ATO foi trabalhar o tema “Psicanálise no século XXI: ética e política”. Pensamos, para tanto, valer-nos do Seminário de Leitura de Freud e Lacan, visando o artigo de Freud “O mal-estar na cultura”, com isso encontrar respostas e questões para pensar a psicanálise hoje. A leitura do artigo nos apontou, assim, para discussões sobre a posição do analista, os discursos e a direção do tratamento.

¹ Psicanalista. Membro da ATO – escola de psicanálise.

Seguimos, então, com a intenção de trabalhar o artigo “A direção do tratamento e os princípios de seu poder” (LACAN, 1958), em que Lacan retoma, eminentemente, a clínica da psicanálise e sua relação com a política e a ética. Ele sustenta a técnica em princípios, e não em padrões estandardizados, cujas “regras” estejam sensíveis à experiência. A transferência, a interpretação e o desejo são os norteadores do texto lacaniano.

A proposta deste trabalho é abordar a direção do tratamento em suas dimensões política e ética a partir dos estudos feitos do texto de Lacan (1958), e ir além com suas elaborações que passaram do campo da linguagem e da função da fala para o campo do gozo e da função do ato e, também, aludir ao campo do não-todo.

Destacamos duas frases como pontos nodais em “A direção do tratamento e os princípios de seu poder” para trabalharmos questões cruciais da práxis psicanalítica que trazem à tona a importância da transferência, da interpretação e do lugar do analista. O extravio em relação a esses princípios leva os analistas ao exercício de seu poder.

– Lacan diz que é na transferência que está o princípio do poder de uma análise, como também reconheceu Freud, “no que este não distinguia da sugestão, mas que esse poder só lhe dava a solução do problema na condição de não se servir dele” (LACAN, 1958, p. 603).

– “Não há outra resistência à análise senão a do próprio analista”. (LACAN, 1958, p. 601)

A primeira frase enfatiza a transferência por seus princípios fundamentais de sustentar autenticamente a práxis psicanalítica. A segunda relaciona-se com a posição do analista e a interpretação que devem estar vinculadas à transferência. Só há um sujeito em análise. Se o analista entra com seu ser ou sua pessoa, a análise desanda. Ou melhor, não há análise.

Segundo Lacan (1958), o analista na condição de não se servir de seu poder tem que pagar:

- com palavras, por meio da interpretação;
- com sua pessoa, na medida em que a empresta como suporte aos fenômenos singulares que a análise descobriu na transferência;
- com seu ser, quando intervém com sua falta-a-ser.

Dessa forma, Lacan dá prosseguimento a sua proposta – anunciada no início do texto – de que o analista certamente dirige o tratamento, mas não o sujeito. É que seria esse o primeiro princípio do tratamento, já que a direção da consciência está radicalmente excluída.

No escrito em análise, Lacan utiliza a tríade sobre a arte da guerra – tática, estratégia e política –, cujas funções são fundamentais para definir a posição do analista em sua práxis. Essa tríade foi desenvolvida, nesse texto, dentro da perspectiva lacaniana sobre a função da fala e do campo da

linguagem. O psicanalista escolhe esses termos como se estivesse num campo de batalha, planejando a movimentação de suas tropas para tentar definir o campo psicanalítico, os seus conceitos fundamentais, as suas “armas”, o seu escopo, para, então, entrar em “ação”.

Na guerra, a política seria sua causa original, pode estar na tentativa de, por exemplo, dominar o mundo; a estratégia é a montagem para atingir o objetivo e a tática seria como fazer isso a cada combate.

Lacan utiliza esses termos da seguinte maneira:

– A tática é a interpretação, o ato. Deixa o analista livre em seu ato, na escolha de suas palavras, de sua interpretação, mergulhado no vazio de significações e sem saber dos efeitos produzidos no sujeito desses atos. O analista é livre para escolher suas intervenções. É de sua responsabilidade decidir. Para suportar isso, é preciso se deparar com o desamparo em sua própria análise ($S(A)$). Deve levar a análise até o ponto do real. Em “O Seminário 10: a angústia”, Lacan (1962-1963) se perguntou: o que convém ser o desejo do analista para que o trabalho seja possível mais além dos limites da angústia de castração freudiana? Ele diz que convém ao analista a travessar essa angústia de castração. Que ele “tenha feito seu desejo entrar suficientemente nesse *a* irreduzível” (LACAN, 2005, p. 366). O analista por isso paga com sua palavra.

– A estratégia refere-se ao manejo da transferência, em que sua liberdade, ao contrário, vê-se alienada pelo

desdobramento que sofre a pessoa do analista. Ele é menos livre em sua estratégia do que em sua tática. E aí está o segredo da análise. Ele escuta e interpreta de qual lugar foi colocado na transferência. Na análise, não há dois sujeitos. O analista deve estar no lugar do morto como no jogo de bridge.

[...] o analista convoca a ajuda do que nesse jogo é chamado de morto, mas para fazer surgir o quarto jogador que do analisado será parceiro, e cuja mão, através de seus lances, o analista se esforçará por fazê-lo adivinhar: é esse o vínculo, digamos, de abnegação, imposto ao analista pelo cacife da partida na análise (LACAN, 1958, p. 595).

Assim, o analista paga com sua pessoa.

– Na política, o analista é menos livre ainda; ele faria melhor se situando em sua falta-a-ser do que em seu ser. Quinet (2021) diz que “lá onde o analista poderia exercer um poder – poder que a própria transferência lhe confere – ele faz o exercício da própria falta” (QUINET, 2021, p. 26). O analista paga com seu ser.

Lacan (1958) continua suas indagações no texto “A direção do tratamento” com a seguinte pergunta: qual é o lugar da interpretação?

Ele diz que a abordagem do sentido sempre atesta um embaraço. Não há quem não se confronte com ele ao fazer intervenções verbais que não sejam interpretações, mas sim explicações, gratificações, respostas à demanda. A interpretação não se trata de um dito esclarecedor, de

apontar uma direção ou revelar um sentido latente. Freud já havia ressaltado que o que pode resultar dessa intervenção é o aumento da resistência, das atuações e dos abandonos do tratamento, como ocorreu no caso Dora e no homem dos ratos.

A direção do tratamento “se ordena segundo um processo que vai da retificação das relações do sujeito com o real ao desenvolvimento da transferência e, depois, à interpretação” (LACAN, 1958, p. 604).

A interpretação deve visar o vazio no sujeito e o vazio no Outro, para ir na direção da fantasia fundamental e do desejo, permitindo ao paciente se interrogar sobre a sua posição de sujeito. Lacan (1958) afirma que “nenhum indicador basta para mostrar onde age a interpretação, quando não se admite radicalmente um conceito da função do significante que capte onde o sujeito se subordina a ele e onde é por ele subornado” (LACAN, 1958, p. 599).

Lacan (1958) diz que “a interpretação, para decifrar a diacronia das repetições inconscientes, deve introduzir na sincronia dos significantes que nela se compõem algo que, de repente, possibilite a tradução – precisamente aquilo que a função do Outro permite no receptáculo do código, sendo a propósito dele que aparece o elemento faltante” (LACAN, 1958, p. 599).

Ele considera, nesse momento, o significante como a única via para conceber que a interpretação possa produzir algo novo. Essa via se fundamenta no fato de o inconsciente ter

uma estrutura radical da linguagem, cujo material funciona segundo as leis.

Apontar para o objeto (da realidade), e não para o vazio, mostra que, quando o analista opta por um forçamento, uma espécie de interpretação que vise ao sentido do sentido na esperança de “comunicar o conjunto mais completo de significações ao paciente”, o analista se oferece como referência na transferência e acaba por desencadear um “acting-out”.

Retomando a segunda frase destacada no início deste artigo: “Não há outra resistência à análise senão a do próprio analista” (LACAN, 1958, p. 601), vimos como o analista deve estar atento ao ordenamento da direção do tratamento que vai da retificação à transferência e, finalmente, à interpretação. Dessa forma, o analista se posiciona, dá sua presença, que, a princípio, é apenas a implicação de sua escuta, pois essa é a condição da fala. À medida que se desenvolve uma análise, o analista lida alternadamente com as articulações da demanda do sujeito. Mas só deve responder a partir da posição da transferência.

Assim, o analista é aquele que sustenta a demanda, não para frustrar o sujeito, mas para que reapareçam os significantes em que sua frustração está retida. E será pela via da regressão significante que poderá haver a regressão analítica. A regressão não mostra outra coisa senão o retorno, no presente, de significantes comuns, em demandas para as quais há uma prescrição.

No último tópico do texto, Lacan (1958) o nomeia: É preciso tomar o desejo “ao pé da letra”. Com isso, ele fala da importância de preservar o lugar do desejo na direção do tratamento o qual requer que seja orientado em relação aos efeitos da demanda.

Por um lado, o desejo tem o nada como objeto, o que o distingue da pulsão, que está sempre correlacionada a um objeto. O desejo não tem significante, é um significado que desliza entre os significantes. Por outro, o desejo tem um objeto que é o falo, ou seja, um significante que é o falo.

Não devemos nos enganar quanto ao lugar do desejo. Não podemos desconhecer o verdadeiro lugar onde se produzem os efeitos da técnica. Portanto, trata-se de interpretar o desejo e seu significante, o falo.

Lacan (1958) diz que a função do significante falo, na busca do desejo, é a chave do que é preciso saber para terminar suas análises: e nenhum artifício suprirá o que falta para alcançar esse fim.

No final do texto, veremos escrito o triunfo do desejo. Ali Lacan (1958) faz referência ao final da análise como estritamente ligado à questão de ter ou ser o falo. O falo como significante do desejo. Na penúltima frase do texto, ele diz: “[...] é preciso que o homem macho ou fêmea, aceite tê-lo e não tê-lo a partir da descoberta de que não o é” (LACAN, 1958, p. 649). A questão é ter ou não ter o falo. A interpretação seria sempre na direção da falta, visa ao nada. O final de análise é perceber que o Outro é barrado.

Como nos diz Quinet (2021), a questão da política do psicanalista na direção do tratamento é a que inclui a castração no Outro. Segundo ele,

[...] a política da falta-a-ser orienta a estratégia do manejo da transferência que por sua vez é o solo da tática da interpretação. Tudo que o analista fala será ouvido do lugar em que o analisante colocou o analista, a interpretação do analista não é a interpretação da transferência e sim interpretação na e a partir da transferência específica que cada analisante estabeleceu com ele. (QUINET, 2021, p. 29).

Assim, conclui que toda análise é orientada pela política.

Quinet (2021), em seu livro “A política do psicanalista: do divã para a pólis”, trabalha a questão da política do psicanalista para além do texto “A direção do tratamento” de Lacan, elaborando uma correlação com a tática, a estratégia e a política no campo do gozo e no campo da função fálica (do todo e do não-todo).

Ele cita em “O Seminário 14: a lógica do fantasma”, de (1966-1967), que Lacan diz: “o inconsciente é a política”, vinculando o sujeito ao discurso do Outro que pode ser o veículo da ideologia dominante.

Quinet (2021) traz também uma questão importante que está na “Proposição de 1967 sobre o psicanalista na escola” de (1967), em que Lacan aborda os pontos de fuga – extra-territorialidade – da psicanálise articulando a passagem da psicanálise em intensão à psicanálise em extensão, ou seja, a função da psicanálise do divã à pólis, como nos diz Quinet (2021). Esses pontos de fuga se encontram no simbólico,

com os valores da família pequeno-burgueses a partir do Édipo; no imaginário, com a psicologia das massas e no real, com o campo de concentração e a segregação vinculada ao mercado – antecipando o desastre de exclusão promovido pelo discurso capitalista.

No entanto, Quinet (2021) diz que, em 1969-1970, Lacan situa a política no campo do gozo, passando do campo da linguagem e da função da fala para o campo do gozo e da função do ato.

Segundo Quinet (2021), é de gozo que se trata na política. Ele localiza isso nos laços sociais que são os discursos que funcionam sem palavras no campo do gozo e possuem uma estrutura de acordo com o modo de funcionamento de cada laço. Os agentes dos discursos (professor, governante, sujeito desejante ou analista) instituem os laços com palavras-atos ou atos sem palavras. A política é o enquadramento do gozo nos laços sociais, como nos diz ele.

Além disso, Quinet (2021) atualiza a tríade tática, estratégia, política no campo do gozo, propondo a seguinte correlação: a tática seria o ato, que dispensa a palavra; a estratégia, o manejo do semblante, que incluiria o semblante do objeto *a* do analista em seu lugar de agente no laço social (discurso do analista); e a política do mais-de-gozar, que nos permite localizar o tratamento analítico como uma forma de lidar com o objeto êxtimo de cada um e suas emergências na pólis.

A política do mais-de-gozar permite nos depararmos com as duas versões do objeto *a*: como objeto causa de desejo

e como objeto causa de horror, de abjeção. Nessa última versão, esses abjetos são os objetos produzidos e excluídos pelo discurso do mestre e desvelam que a civilização é uma “cloaca”. Esses abjetos são encarnados pelo outro semelhante, mas aparecerem como radicalmente diferentes, podendo ser ameaçadores, inimigos e, por isso, serem perseguidos até à morte. Um exemplo disso são os judeus, que, na Segunda Guerra, foram perseguidos e dizimados, tornando esse escândalo em um dos maiores genocídios da história. Podemos recorrer ao “narcisismo das pequenas diferenças”, de Freud, para tentar falar sobre os motivos dessa atrocidade. Ou seja, incomodava o fato de os judeus estarem cada vez mais próximos e iguais aos “europeus” e, portanto, precisavam ser excluídos. Eles se tornaram assim os abjetos da humanidade para o nazismo que defendia uma eugenia. Outro exemplo é o ódio dirigido aos pretos, gays, índios, comunistas, etc., em uma narrativa fascista de tentar colocá-los apenas desse lado abjeto, de imundice e degradação, levando-os ao extermínio. Quantos gays e pretos morrem a cada dia, a cada ano, a cada década, a cada século e nada acontece aos predadores.

Quinet (2021) nos diz que:

[...] ao retomarmos os laços sociais dentro dessa perspectiva, o abjeto é um produto da civilização como aquilo que dela tem que ser extraído, expulso, para a dita civilização funcionar com suas leis como aparece no discurso do mestre que é o laço social correspondente ao governar como profissão impossível, como dizia Freud (QUINET, 2021, p. 34).

Ele continua dizendo que o abjeto é “o objeto *a* mais-de-gozar em sua vertente de abjeção” (QUINET, 2021, p. 34), retorno do real implacável que causa o mal-estar na cultura.

No entanto, com esse lugar, o analista tem afinidade em sua posição de resto. Lacan diz o seguinte: “eu me dedico à abjeção com a qual, nesse lugar, eu me confundo” (LACAN, 1973-1974, lição de 11/12/1973 apud QUINET, 2021, p. 35). Quinet (2021) diz que essa afinidade com os abjetos está na base do ato analítico.

Passemos a seguir para o campo do não-todo em que Quinet (2021) continua com sua correlação, elaborando um quadro no qual situa a tríade – tática, estratégia e política – em relação ao todo-fálico e ao não-todo fálico. Ele recorre à tábua da sexuação de Lacan para fazer essa correlação na direção do tratamento, pois ela escreve a estrutura psíquica de todo ser falante, que pode transitar pelos dois lados da tábua e ocupar os diferentes lugares de sujeito, de objeto, de A Mulher que não existe e o lugar do significante fálico. Cada lado possui uma lógica diferente e política própria.

É importante ressaltar que, na sexuação, não se trata do binarismo de gênero masculino e feminino, homem e mulher, pois não há simetria. O que está em jogo é o Um e o sempre Outro. Tampouco se trata de dois universais, já que de um lado há o Universo do todo-fálico, mas do outro não há Universo.

É a função fálica que está em jogo e não o pênis, estando presente nos dois lados como todo-fálico e como não-todo fálico. A diferença sexual é estrutural e não se pauta na anatomia, nem na diferença de gênero.

Do lado homem, há uma exceção, encarnada no pai primeiro, trabalhado por Freud em “Totem e tabu” (1913), que funda o universal todo-fálico. O Um (da exceção) e o Todo são estruturalmente indissociáveis da política do todo-fálico, que é a psicologia das massas descrita por Freud. Assim, a estratégia do todo-fálico seria o agrupamento, a massificação e a eleição de um líder. A sua tática é a contestação, pois internamente ela se manifesta em relação à função fálica: “Não é verdade que a função fálica seja o que fundamenta a relação sexual” (LACAN, 2012, p. 99 apud QUINET, 2021, p. 42). Talvez possamos ilustrar com o negacionismo à vacina na época da pandemia. Dessa forma, mantinha-se a hegemonia do grupo contrário à vacina e a imagem ideal de um líder fabricado.

Do lado mulher, temos a inexistência do Um, não há o conjunto fechado, conjunto de todas as mulheres, pois não há exceção para fundar o universal. As mulheres se contam uma a uma. Por isso dizemos com Lacan que A Mulher não existe.

Quinet (2021) aborda a lógica do não-todo fálico, e que Lacan chama de não-todo, como não constituindo universo, pois não há o Um da exceção que poderia fazer existir um conjunto fechado. Trata-se de uma lógica que não tem nem

Um, nem Todo. “É uma lógica Outra, *hetera*. Ela opõe assim o Um ao Outro e o todo ao não-todo, a completude e a incompletude, a qual dita a política da não-toda” (QUINET, 2021, p. 40). A política da não-toda é da poética, ou seja, implica a ética da diferença e a consideração pelo que não é da ordem do Mesmo e sim do Outro, nos diz Quinet.

A estratégia da não-toda é a clínica do um-a-um. Como dizia Freud, o analista deveria receber o paciente como se nunca tivesse analisado antes. Por isso, deve-se banir a padronização ou os enquadramentos e, também, a tentativa de adaptação do sujeito à realidade.

A clínica psicanalítica é constituída não só pelo deciframento significativo, mas também deve ir além da significação, além do falo, da divisão subjetiva, como nos indica Quinet. Ele continua afirmando que seria ir para a “outra metade” do sujeito, na tábua da sexuação, em que se encontram as posições de objeto *a*, de A Mulher que não existe e do gozo Outro. É a travessia da fantasia que se conjuga com a passagem do todo fálico ao não-todo; a saída do universo totêmico, das identidades e identificações edípianas para o não-universo, o transfinito, *lalange*. E o lugar do analista está aí no não-todo. Lugar da desidentidade, do puro semblante de objeto *a*.

Quanto à tática, do lado da não-toda, Quinet (2021) situa a discordância. Temos a discordância, desenvolvida por Lacan a partir do “ne” de negação. Ao negar a existência do Um, faz vacilar e tremer os semblantes do Um. Lacan em-

prega o termo discórdia para se referir à oposição entre os lados ditos homem e mulher da tábua da sexuação. Ele diz haver uma discórdia entre as universais de cada lado, pois há uma inconsistência de uma delas que diferencia um gozo Outro do gozo fálico. Não há dois universais, somente o universal do todo-fálico. A posição de não-toda não é negação ou contestação do todo-fálico. Quinet (2021) diz que do lado homem há um universal e uma relação necessária com a função fálica. Do lado mulher não há universal, mas uma relação contingente com a função fálica. A discordância entre os sexos é introduzida pelo não-todo. Isso quer dizer que não há proporção entre os sexos, por isso, a relação sexual não existe e nem A Mulher não existe. É de outra lógica que se trata. Não podemos comparar uma com a outra. Uma descompleta a outra.

O analista, desse lugar do não-todo, não apenas divide o sujeito, mas também o descompleta. O sujeito experimenta o Outro lado, o gozo Outro que se esvazia do falo. É o $S(A)$ que está no último patamar do grafo do desejo e entre o real e o imaginário no nó borromeano, uma possível amarração em que o sujeito experimenta o vazio de suas representações e a angústia de não ser. Não ser o que quiser!

A partir do engajamento do analista com sua prática, inseparável da própria análise, alcança-se, no horizonte, a subjetividade de uma época, sem desconhecer a estrutura e a função poética da linguagem. Sua participação na pólis depende de sua posição apreendida em intensão de levar a análise até o impossível ou até seu ponto de real.

Gostaríamos de acrescentar mais uma coluna no quadro da política da psicanálise: a ética. Na política da falta-a-ser, a ética é do desejo; na política do mais-de-gozar, a ética é lidar com o resto; na política da não-toda, a ética é do feminino.

Tentando exercer a psicanálise em extensão, como poderíamos pensar a ética nas políticas das guerras atuais, RússiaXUcrânia e IsraelXHamis/Palestina? Seria a ética do “tiro no escuro” apesar dos equipamentos armamentícios cada vez mais precisos?

E em nossas favelas, esse tiro no escuro seria a bala perdida que só acerta os pretos, os gays, as crianças, os pobres, os oprimidos e os desvalidos? “O que será que será?”

Abstract: The purpose of this study is to explore the paper The Direction of the Treatment and the Principles of Its Power (Lacan, *Écrits*, 1958), in which Lacan eminently revisits the clinic of psychoanalysis and its connection to politics and ethics. Transference, interpretation and desire are key elements in this paper by Lacan. We intend to expand on Lacan’s theory by placing politics in the field of jouissance and of not-all in the direction of the treatment based on Quinet’s elaborations.

Keywords: Direction of the treatment. Politics. Strategy. Tactics. Ethics. Transference. Desire. Interpretation. Jouissance. Not-all.

Referências

LACAN, Jacques. A direção do tratamento e os princípios de seu poder (1958). In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 10: a angústia (1962-1963)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 14: a lógica do fantasma (1966-1967)*. [Tradução não oficial]. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

QUINET, Antonio. *A política do psicanalista: do divã para a pólis*. Rio de Janeiro: Atos e Divãs, 2021.

Obras consultadas:

FREUD, Sigmund. *Totem e tabu: algumas correspondências entre a vida psíquica dos homens primitivos e dos neuróticos (1913)*. Trad. Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

LACAN, Jacques. Lição de 11 de dezembro de 1973. In: _____. *O Seminário, livro 21: Os não-tolos erram, 1973-1974*. [Publicação interna]. Disponível em: <URL se disponível>.

LACAN, Jacques. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: _____. *Escritos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 19: ...ou pior (1971-1972)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Formação e transmissão em psicanálise: uma questão topológica

Celina Gibram Jancik Rey,
Jander Augusto Pereira,
Margareth Almeida Khattar,
Maria Aparecida Oliveira do Nascimento e
Marília Pires Botelho¹

Resumo: Em uma escola de psicanálise, é necessário criar espaços de discussão sobre a formação do analista e a transmissão da Psicanálise. Desse modo, foi proposto o “Encontro de Escola”, espaço que trouxe para o debate e a reflexão algumas questões importantes levantadas por Lacan na “Proposição de 9 de outubro de 1967”, tendo ainda como base o texto “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise” (LACAN, 1953). A partir disso, outras questões foram colocadas nos demais encontros, trazendo a relevância do tripé – a análise pessoal, o estudo teórico e a supervisão – na formação do analista, o retorno a Freud e a importância da implicação de conceitos fundamentais da Psicanálise, o que nos faz pensar essa amarração topológica como constituinte na formação do analista, na transmissão da Psicanálise e na prática clínica.

1 Membros e participantes da Comissão de Formação da ATO – escola de psicanálise.

Palavras-chave: Formação do analista. Transmissão da Psicanálise. Encontro de Escola.

A ATO – escola de psicanálise vem se debruçando nos trabalhos e nas elaborações sobre a questão do “Inconsciente é a política”, para este ano, propôs-se o tema “Psicanálise no Século XXI – Política e Ética”. Nesse contexto, o termo política se refere à política pautada nos conceitos fundamentais da Psicanálise e de sua própria ética.

Sabemos, desde Freud, que a formação do analista pauta-se no tripé – análise pessoal, estudo teórico e supervisão – para se sustentar. “Quem analisa hoje, de que lugar se interpreta, o que é da transferência, e como o analista age com seu ser” são questões lançadas por Lacan (Site da ATO, 2023).

Sempre pensando a psicanálise em seus fundamentos básicos, a ética e a relação do analista com sua práxis, propusemos, há alguns anos, o “Encontro de Escola”, um espaço de discussão sobre a formação do analista e da transmissão da Psicanálise.

Acreditamos que não há outra forma de se pensar e construir a formação do analista que não seja no espaço da escola. Marco Antônio Coutinho Jorge afirma que “o processo de construção teórica em psicanálise jamais se dá de modo isolado” e que, a “troca entre analistas deve ser feita de modo sistemático, contínuo, em que um saber se constrói à medida que certas questões são simbolizadas por eles” (JORGE, 2017, p. (12-13).

Com esse objetivo, inicialmente, foi discutida uma questão polêmica apresentada por Lacan, na Proposição de 9 de outubro de 1967: “o psicanalista se autoriza por si mesmo”, e “isso não impede que a escola garanta que um analista depende de sua formação” (LACAN, 1967, p. 248). A partir disso, várias outras se apresentaram e foram motivo de debates e discussões nos demais encontros. Qual seria, então, a garantia que a escola tem que dar ao analista? Zelar pela transmissão dos conceitos fundamentais da psicanálise: o inconsciente, a transferência, a pulsão e a repetição? E a questão da ética e da política? Temos oferecido essa formação? Qual é a formação que quer aquele que busca a escola? “Se autorizar” diz de uma análise pessoal, de um estudo teórico e de uma supervisão clínica?

Dando prosseguimento aos nossos encontros, tomamos como base para nossas discussões o texto “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”, apresentado no Congresso de Roma, em 1953, quando Lacan demonstrava sua preocupação, trazendo questionamentos em relação aos fundamentos da Psicanálise praticada à época. Vimos, nesse texto, várias reflexões importantes que, de certa forma, norteiam nossos trabalhos.

Ele foi escrito em meio à turbulenta crise daquela época, em que havia o movimento na França, de uma tentativa de regulamentação didática da formação. Como sabemos que Lacan, por sua fala e postura dentro da teoria, é um tanto avesso às regras, naquele momento de efervescência, colocava-se como porta-voz de uma revolução. Uma das maio-

res críticas de Lacan era em relação ao rumo que a psicanálise estava tomando, nos EUA, por exemplo, quando se falava em Psicologia do Ego, enfatizando uma entre as três instâncias da segunda tópica de Freud.

No texto em análise, Lacan afirma a necessidade de um retorno a Freud, enfatizando que a leitura deste não seja feita de modo superficial. Ele entendia que a garantia da transmissão da doutrina freudiana só sobreviveria “ao se manter no nível de uma experiência integral” (LACAN, 1953, p. 240). Aponta, também, a importância do rigor teórico sem deixar perder ou desvirtuar o que é a Psicanálise e sua base.

Preocupava-se com noções psicanalíticas que se enfraqueciam no uso rotineiro, marcando a importância tanto de resgatar a história da Psicanálise quanto de seus fundamentos.

Interroga-se, inclusive, se a Psicanálise não deveria aplicar “seus princípios à sua própria corporação” (LACAN, 1953, p. 242), ou seja, o psicanalista na relação com seus pares e em sua missão de ensino.

Lacan percebia na prática da psicanálise de sua época uma aversão pelas funções da fala e pelo campo da linguagem o que, para ele, motivava mudanças tanto no objetivo da análise quanto da própria técnica. Para corrigir esses desvios, os psicanalistas deveriam tornar-se mestre/senhor das funções da fala.

Criticava como questões imaginárias dos analistas interferiam na condução das análises. Em relação à contratransfe-

rência e a formação do analista, em outro momento, Lacan (1992), em “O Seminário 8: A transferência”, afirma que quanto mais o analista é analisado mais sensível ele se torna em relação aos seus sentimentos, mas esses não podem ser usados na condução de uma análise. Sendo assim, o analista não pode operar uma análise a partir da contra-transferência.

Lacan (1992) nos faz pensar que a lógica da Psicanálise não responde a nenhum ponto de convenção, o que nos leva a dizer que se trata de uma lógica e uma gramática nas quais o inconsciente carece da contradição.

Vimos que, quando há uma escuta da ordem do pulsional, o que causa o sujeito, o inconsciente vem à tona. Isso só é possível a partir da experiência da própria análise e do engajamento do analista em sua práxis.

Temos a necessidade de nos implicar com os conceitos que fundamentam a teoria psicanalítica, e a formação tem de estar implicada nessa tarefa de demonstrar que “esses conceitos só adquirem pleno sentido ao se orientarem num campo de linguagem, ao se ordenarem na função da fala” (LACAN, 1953, p. 247). Trata-se de articular o inconsciente à linguagem. É preciso voltar ao fundamento de nossa práxis – esse ponto de falta entre um significante e outro – lugar vazio, onde Freud localiza o inconsciente.

Freud, inclusive, interroga em “Análise terminável e interminável” (1937): “[...] onde e como o pobre infeliz adquire as qualificações ideais de que necessitará em sua profissão?

A resposta é: na análise de si mesmo, com a qual começa sua preparação para a futura atividade” (FREUD, 1937, p. 282). Essa análise terá realizado seu intuito se fornecer àquele que aprende uma convicção firme da existência do inconsciente.

Enfim, estamos falando de uma amarração topológica na qual os pontos da política e da ética da Psicanálise e de seus conceitos fundamentais se amaram à prática clínica.

Referências

FREUD, Sigmund. Análise Terminável e Interminável. (1937-1939) In: _____. *Moisés e o monoteísmo, esboço de Psicanálise e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1975.

JORGE, Marco Antonio Coutinho. Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan, v. 3: a prática analítica. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953). In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998

LACAN, Jacques. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola (1967). In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LACAN, Jacques. Crítica da contratransferência. In: _____. *O Seminário, livro 8: a transferência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

Celina Gibram Jancik Rey, Jander Augusto Pereira, Margareth Almeida Khattar,
Maria Aparecida Oliveira do Nascimento e Marília Pires Botelho

VIDAL, Eduardo. *O inconsciente, é a política*. 12 set. 2022, Belo Horizonte.

ATO – escola de psicanálise. Disponível em: <http://www.atoescoladepsicanalise.com.br>. Acesso em: set. 2023.

Sobre uma certa posição do psicanalista

Raul Macedo Ribeiro¹

“A escrita – entra sem bater”.

Marina Tsvetáieva

“Alors, soyez plus détendus, plus naturel, quand vous recevez quelqu’un qui vient vous demander une analyse. Ne vous sentez pas si obligé à vous pousser du col. Même comme-bouffons, vous êtes justifié d’être.”

Lacan – La Troisième.

Resumo: A partir da epígrafe acima, ora traduzida: “*Então, sejam mais relaxados, mais naturais, quando receberem alguém demandando uma análise. Não se sintam tão obrigados a agir com ostentação ou de forma pretensiosa. Até mesmo como bobos da corte vocês têm justificativas para serem*”, e, a partir de um conceito proveniente da Antropologia Biológica, além de observações que aproximam a psicanálise da poesia, este artigo critica uma certa posi-

1 Psicanalista. Em Belo Horizonte, exerce atividade clínica há mais de quarenta anos. Possui inúmeros artigos publicados em sua área de pesquisa e trabalho. Autor do livro “Transitoriedade, escrita e afetos”, publicado pela editora Ramalhete. Ex-professor dos cursos de medicina, fisioterapia e terapia ocupacional da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais. Ex-associado ao *Quatrième Groupe Organisation Psychanalytique de Langue Française* – Paris.

ção comumente adotada pelo psicanalista e propõe outra, menos pretensiosa.

Palavras-chave: Posição do psicanalista. Posição morfológica. Leitura erudita. Leitura poética. Poesia e psicanálise.

Ao receber uma mensagem de Marília Botelho convidando-me para participar ou, até mesmo, apresentar um texto na Jornada de final de ano da ATO – escola de psicanálise, eu, que de início não havia pensado em escrever, respondi-lhe de imediato que o faria e, de chofre, ocorreu-me um título: A impostura psicanalítica. Entretanto, a palavra “impostura” denota o propósito de enganar ou de ludibriar, o que não é de modo algum o que gostaria de trazer-lhes, mas, sim, aproveitar o ensejo para pensar e escrever “sobre uma certa posição” comumente associada àquele ou àquela que exerce a clínica psicanalítica.

O termo “posição” diz respeito ao lugar que um corpo ocupa no espaço. No caso deste texto, pretende-se trabalhar a posição do corpo do psicanalista, seja no atendimento presencial ou on-line, seja entre seus pares ao apresentar um trabalho em uma jornada ou estudando textos e discutindo casos clínicos, ou escrevendo um artigo a ser publicado, pois não se pode negar que uma posição de corpo se evidencia em cada uma dessas situações.

O que passo a tratar neste escrito leva em conta, não somente a forma hermética adotada pelos psicanalistas de escrever e de apresentar suas ideias, mas também a convivência que mantive e mantenho ao longo de muitos anos

com colegas da psicanálise em várias escolas ou instituições de psicanálise no Brasil e em Paris. Considero também um fator que me chamou a atenção ao longo de todos esses anos, que é a demanda de indicações de psicanalistas acompanhados de observações tais como: Você poderia me indicar um psicanalista que não fosse aquele estereótipo de analista? Ou, ainda, depois de várias tentativas frustradas de fazer uma análise, seria possível encontrar alguém da psicanálise com quem eu pudesse me sentar um pouco mais à vontade? São frases encontradas por mim que suscitam o pensamento sobre o que aqui denominamos: uma certa posição do psicanalista.

Em tempo, como “a escrita entra – sem bater”, ao escrever este trabalho, ocorreu-me um estudo da Antropologia Biológica, “A posição morfológica peculiar do homem no reino animado”, produzido pelo antropólogo alemão K. Goerttler. O título do artigo, por si só, já é curioso, ao estreitar a relação entre a posição morfológica característica do corpo humano e a dimensão animada do mundo no qual esse corpo se situa. Goerttler (1977) observa:

A estática e dinâmica específicas da postura humana permitem em qualquer posição, através de um gasto mínimo de energia, um máximo de orientação óptica, acústica e tátil no espaço, graças à extensa mobilidade da cabeça e da coluna vertebral. As articulações coxofemorais permitem aumentar esta mobilidade, de modo a ser alcançada uma rotação de até 180 graus. Enquanto isto, os membros superiores permanecem com sua livre mobilidade em todos os sentidos e sob o controle da visão. Os macacos também possuem esta

perfeita orientação no espaço. Entretanto, não dispõem dela constantemente. (GOERTTLER; VOGLER, 1977, p. 167)

Deduz-se desse artigo que a posição morfológica peculiar do homem no reino animado é de um equilíbrio “instável” em torno da coluna vertebral, posição essa que o predispõe a um imediato acesso ao espaço circundante. Por outro lado, sabemos pela psicanálise, pela psiquiatria e pela psicologia que o neurótico se afasta substancialmente do espaço que o circunda para enrodilhar-se em seus pensamentos, e que o psicótico constrói uma outra realidade ao romper com o insuportável que se torna para ele o reino no qual se situa.

Quanto ao psicanalista, pergunto-me: qual seria a posição mais conveniente na direção da cura de sujeitos neuróticos e psicóticos que, embora tenham a possibilidade estrutural e morfológica de estarem no mundo, dele se afastam por razões psíquicas? Pergunto-me também: do ponto de vista transferencial, quais seriam as consequências da impostura do psicanalista quando tenta extirpar de seu *semblant* a dimensão do chamado “equilíbrio instável” ao optar pela rigidez? Trago-lhes essas pinceladas como base ou pretexto para se pensar a posição do psicanalista em sua lida diária, já que a posição peculiar do homem, segundo K. Goerttler (1977), implica, inequivocamente, a posição desempenhada pelo psicanalista.

Sobre outro aspecto da posição do analista, ou seja, sua postura frente aos textos psicanalíticos e frente às escolas ou às instituições às quais pertence, recorro-me a Conrad Stein (2011) e Jean-Michel Hirt (2021) para tecer algumas

considerações. O primeiro, Stein, nós o conhecemos aqui no Brasil, no meio lacaniano, por ter sido citado por Lacan em alguns de seus seminários. Ele, tal como Lacan, manteve, por vários anos, um concorrido seminário em Paris. O segundo, Jean-Michel Hirt, professor titular em Paris e membro da Associação Psicanalítica da França, é autor de livros primorosos tais como “*Le Socle D’argile*”, “*Rennoncer au Naufrage*”, “*Le témoin des écritures*”, além de outros, nenhum deles ainda traduzidos no Brasil.

Conrad Stein nasceu na Alemanha, tendo, portanto, a língua alemã, a língua de Freud, como a sua língua materna. É nela que ele perscruta o texto freudiano, e é a partir dessa experiência que ele escreve:

A primeira maneira de ler Freud é o que se poderia chamar a maneira erudita. A segunda ressurgiu do fato de que o leitor encontra seu bem naquilo que lhe é revelado ao longo de sua leitura. Trata-se de delineamentos, de esboços do que se pode encontrar em Freud, a contragosto de Freud, e que é atribuído a Freud, mas sob a única responsabilidade do leitor. É uma leitura que eu nomearia, de bom grado, “poética” (STEIN, 2011, p. 13).

Segundo Stein (2011), a leitura poética dos textos psicanalíticos conduz à elaboração de um pensamento que, pouco a pouco, aproxima-se do que entendemos ser o pensamento freudiano, o que só pode ser revelado ao longo de uma leitura de Freud, e que ele mesmo, possivelmente, não teria querido reconhecer como seu. Stein (2011) observa: “Não é de Freud e é, de todo modo, em Freud. O pensamento freudiano é, portanto, algo que se elabora sem mesmo que

o leitor tenha querido. Nada de deliberado aí” (STEIN, 2011, p. 13).

De modo análogo, encontro em Jean-Michel Hirt (2021), no livro “*Le témoin des écritures*”, a seguinte observação:

A tomada de Freud sobre o Moisés de Michelangelo – a imagem inverificável que ele encontra ali – desvia-se do sentido admitido pela maioria dos críticos de arte que vieram antes dele. Lacan acrescenta, privilegiando o vazio no coração da imagem contra a carga de sentidos despejadas sobre o mistério, o enigma, o inefável; tudo o que é temido pelos burocratas que pretendem decidir as crenças. Dessa forma, tanto um como outro reivindicam a liberdade de interpretar a partir de uma renúncia ao gozo de compreender, portanto de controlar e dominar, em favor de uma injunção a ler (HIRT, 2021, p. 79).

O que interessa a mim na tradução que faço desse fragmento não é senão o que, segundo Jean-Michel Hirt (2021), é reivindicado por Freud e por Lacan, ou seja, “... a liberdade de interpretar a partir de uma renúncia ao gozo de compreender... em favor de uma injunção a ler” (HIRT, 2021, p. 79). O que me leva a pensar: *seria a leitura poética e a liberdade de interpretar modos de incluir “o equilíbrio instável” tanto na posição do psicanalista em sua clínica como na sua lida com o texto psicanalítico?*

Para avançar um pouco mais em prol de uma aproximação entre poesia e psicanálise, encontro em Alain Badiou (2004), no artigo “Por uma estética da cura analítica”, a seguinte ideia:

[...] se há um sujeito do pensamento, se há uma vitória sobre a perda, então é preciso compreender que há algo ali que não está mais no tempo, não no tempo natural. Precisaríamos então chegar a essa ideia extraordinária de que a análise cria algo de eterno. Isso sempre foi dito do poema, o poema sempre teve a ambição de criar algo na língua que fosse eterno, algo na língua natural, que fosse sobrenatural. Essa é, evidentemente, a ambição do poeta. Será possível estender essa ambição à cura analítica? (BADIOU, 2004, p. 242)

Segundo Badiou (2004), se a psicanálise toca em algo que é do eterno no sujeito, ou seja, em algo de sua eterna contingência, então essa seria uma prática análoga ao poema; o que o leva a sugerir: “Uma análise absolutamente bem-sucedida seria absolutamente uma obra de arte, uma obra de arte absolutamente subjetiva.” (BADIOU, 2004, p. 242) A psicanálise, tal como o poema, ao tocar a contingência, opera de modo a abrir a palavra como palavra, distanciando-a da carne, desidentificando o indivíduo, já que a palavra tende à identificação. Uma psicanálise bem-sucedida, que toca a contingência, faz com que a palavra surja distanciada dos músculos, das veias, das artérias e dos neurônios... Enfim, faz com que a palavra surja como substância em si mesma, um Outro, com o qual se tem de lidar.

Da viúva de Conrad Stein, a psicanalista e professora emérita da Universidade de Paris, Danièle Brun, morta em janeiro de 2023, escutei a seguinte frase sobre a posição do psicanalista na clínica. Tal conversa se deu quando fui por ela recebido no seu apartamento, em Paris, em março de 2020: *É simples, disse Brun, o psicanalista precisa fazer silêncio apenas para dar a voz ao analisante, para que a*

palavra possa se desprender. O silêncio do analista tem essa função, não é preciso impô-lo à força, como não é preciso impostura alguma.

Termino este escrito com um poema de minha autoria dedicado à Danièle Brun por ocasião de sua passagem:

À Daniele Brun

Psicanalisar,

Desencarnar a palavra da gaiola do corpo.

Asas à palavra.

Para que também o corpo possa mover-se,

Rumo ao seu destino,

Sob a aba de palavras aladas.

Résumé: Extrait de l'épigraphe : "Alors, soyez plus détendus, plus naturel, quand vous recevez quelqu'un qui vient vous demander une analyse. Ne vous sentez pas si obligé à vous pousser du col. Même comme bouffons, vous êtes justifié d'être." Et, également à partir d'un concept issu de l'Antropologie biologique, outre des observations qui rapprochent la psychanalyse de la poésie, l'article critique une certaine position communément adoptée par les psychanalystes et en propose une autre, moins prétentieuse.

Mots-clés: Position du psychanalyste. Position morphologique. Lecture savante. Lecture poétique. Poésie et psychanalyse.

Referências

BADIOU, Alain. Por uma estética da cura analítica. Tradução de Analúcia Teixeira Ribeiro. *A psicanálise e os discursos*, Rio de Janeiro, n. 34/35, ano XXIII, p. 237-242, 2004. (Publicação da Escola Letra Freudiana).

BRUN, Danièle. *O silêncio do psicanalista*. Conversa realizada no apartamento de Danièle Brun, Paris, mar. 2020.

GOERTTLER, Kurt. A posição morfológica peculiar do homem no reino animado. In: GADAMER, Hans Georg; VOGLER, Paul (Dir.). *Nova antropologia: o homem em sua existência biológica, social e cultural*. São Paulo: EPU-USP, 1977.

HIRT, Jean-Michel. *Les témoins des écritures*. Arles: Actes Sud, 2021.

RIBEIRO, Raul Macedo. [Poema não publicado], 2023.

STEIN, Conrad. *Le monde du rêve, le monde des enfants*. Mesnil-sur-l'Estrée: Aubier, 2011.

Como não viver juntos

Juliana Meirelles Motta¹

Resumo: A época atual se caracteriza por ter entronizado o discurso capitalista, em contrapartida, as consequências desse movimento resultou em um esvaziamento de outros discursos produtores de laços sociais. O imperativo do consumo se coloca como fertilizante e produtor das infinitas formas de gozo na cultura, infinitas formas de usos dos objetos ofertados no mercado, infinitas formas de produção de discursos de segregação. Assim, faz-se importante trazer para a discussão atual a segregação de quem não produz, de quem não possui, de quem não corresponde à imagem de um discurso neoliberal e do que o mercado exige. Esses sujeitos tendem a desaparecer da sua inscrição discursiva no social.

Em tempos atuais, não é possível pensar um analista sem sua implicação decidida no campo social, do mesmo modo que não é possível pensar uma incidência política da psicanálise na ordem social sem situar de maneira precisa a função do analista no dispositivo analítico. Nesse ponto, o interior e o exterior se encontram, o mais privado se enlaça com o mais público. O mundo, hoje, sustentado precariamente em uma racionalidade de economia de mercado, cada vez mais se afastando do singular de cada sujeito, ob-

1 Psicanalista. Membro da AMP/EBP. Docente IEC/PucMinas.

jetiva uma falsa uniformidade regida pelo significante mestre: todos consumidores. Essa filia ao consumo ilimitado galopa em direção à universalização massificada do gozo.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Segregação. Gozo ilimitado. Analista. Laço social.

O neoliberalismo é, na realidade, um novo modo de vida, funcionando como uma “conduta de condutas”, visando prevalecer a competitividade e o individualismo em detrimento do senso de coletividade em todos os campos sociais, formando, assim, uma sociedade competitiva, operada a partir de um modelo de gerenciamento de riscos e empreendedorismo. Tal postura vai muito além das lutas de classes e de um “modo de produção” econômico, englobando novas formas de hierarquia, de relações sociais e uma nova forma de subjetividade.

Assim, o que chamamos desde o século XVII de “economia” está profundamente relacionado a um conjunto de mecanismos de controle da população e de orientação de condutas, que vai obter com o neoliberalismo uma nova e poderosa estrutura. A concorrência e o modelo empresarial instituem um modo geral de governo que ultrapassa a “esfera econômica”, aplicando-se a toda a sociedade, em todas as suas esferas. Observa-se uma “expansão da racionalidade de mercado a toda a existência por meio da generalização da forma-empresa”. Essa “racionalização da existência” que torna a organização neoliberal tão poderosa é também resultado da construção dessa nova subjetivi-

dade, uma subjetivação contábil e financeira, que coloca o próprio sujeito individual como um “capital humano”, ou seja, o homem vale aquilo que ele produz e o valor de sua existência pode ser definido por capital.

O neoliberalismo, por fim, apresenta-se como uma poderosa força de destruição dos valores associados a tudo que o precedeu, especialmente os de natureza coletivista, ao mesmo tempo que constrói e produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver certas subjetividades, como um novo guia para nossas vidas, numa chave individualista e concorrencial. Ficamos tão imersos nessa organização de vida empresarial, que perdemos a noção de que somos partes de um todo maior e de que não existe uma forma única e correta de viver. É o princípio comum, que aparece hoje em movimentos e lutas sociais, por exemplo, que remete a um sistema de práticas diretamente opostas à racionalidade neoliberal.

A época atual se caracteriza por ter priorizado o discurso capitalista, e as consequências desse movimento resultou em um esvaziamento de outros discursos produtores de laços sociais. O imperativo do consumo se coloca como fertilizante e produtor das infinitas formas de gozo na cultura, infinitas formas de usos dos objetos ofertados no mercado, infinitas formas de produção de discursos de segregação.

É importante destacar a posição deste sujeito, nesses tempos de cólera e incertezas, tomando como fundo da nossa mesa de trabalhos a figura mitológica da Hidra, escolhi-

da pelo nosso colega da Escola de Orientação Lacaniana, Argentina (EOL), Aníbal Leserre, em seu livro “A Hidra Neoliberal”, de 2019. Monstro que multiplica suas cabeças à medida que perde uma. Não importa a perda; ao perder, cresce e se alimenta da própria perda, da sua própria consumação. Consume-se e se consome na perda sem contar com ela, ou contando com essa com ganância, fazendo da perda uma forma de funcionamento para si mesma. É também a Hidra devoradora do gozo, clara imagem do imperativo – “goza sempre um pouco mais!” – que consome o sujeito do nosso tempo e que encontramos tanto na prática particular dos consultórios como nos fenômenos de massa que arrastam consigo esse imperativo.

A instauração de uma racionalidade que se impõe como única se constitui como uma das cabeças da Hidra. Uma racionalidade global que não só unifica os campos políticos, da sociedade e da economia, mas também suprime a separação entre o público e o privado em uma única função de utilidade, em que os indivíduos são produtores e consumidores. Trata-se da instalação do homem como capital. Discurso neoliberal que se autoapresenta sob os termos da modernidade, eficácia, responsabilidade realista, gerando uma responsabilidade a partir da qual só é possível adaptar-se e ser parte da mentalidade ganhadora e do espírito empresarial em todos os níveis sociais sob o império da competência.

A Hidra avança e desliza sobre esses eixos. Leserre (2019) lembra Lacan quando sustenta que o novo capitalismo não

pode ser regulado a partir de nenhum ponto exterior. Seu poder se baseia na lógica do rendimento e da autoavaliação, levando o indivíduo ao espírito empresarial por ele próprio. É irresistível para os sujeitos se tornarem empresários de si mesmos. Esse irresistível deve-se à incidência da tecnociência, a ser geradora de significantes que perturbam todo o discurso simbólico, e também que perturbam os tradicionais significantes mestres, a autoridade, os semblantes do Pai, acompanhando a deterioração dos laços e vínculos sociais. Ou seja, assistimos como efeito do neoliberalismo a uma rachadura do Discurso do Mestre, o discurso que organiza os discursos do contrato social, ou seja, uma queda na autoridade, passando o dizer neoliberal a tomar para si esse enunciado de ocultar e velar o sujeito. O neoliberalismo opera como uma promessa permanente sobre a estrutura subjetiva, no fantasmático, instalado à falta e no vazio estrutural.

Desde uma perspectiva sociológica, a demissão de um grupo, o rechaço de alguns outros, a separação forçada de etnias ou de determinadas características identificatórias sempre estiveram presentes ao longo de toda a história. A condição humana de agregação tem implicado necessariamente a eleição de viver juntos para alguns e por força viver separados de outros. Estar juntos ou não, e com quem e de que maneira, sempre tem sido um problema libidinal. Estar com alguns implica estar separados de outros, e por outra parte o grupo de todos sem exclusões tem sido sempre uma abstração ideal impossível, que só pode formular-se como um conjunto intangível, ideal inalcançável.

Assim, faz-se importante trazer para a discussão atual a segregação de quem não produz, de quem não possui, de quem não corresponde à imagem de um discurso neoliberal e às exigências do mercado. Esses sujeitos tendem a desaparecer da sua inscrição discursiva no social. Assim, juntam-se às ditas minorias, mulheres, pretos e população LGBTQIAPN+. Os impotentes em responderem ao discurso do mercado por não serem perfeitos fisicamente, por não possuírem objetos da mais alta tecnologia, por não transmitirem uma imagem completa de um sucesso imposto pela lógica neoliberal. Isso é o cerne da necropolítica: o ovo da serpente.

Em tempos atuais, não é possível pensar um analista sem sua implicação decidida no campo social, do mesmo modo que não é possível pensar uma incidência política da psicanálise na ordem social sem situar de maneira precisa a função do analista no dispositivo analítico. Nesse ponto, o interior e o exterior se encontram, o mais privado se enlaça com o mais público. O mundo, hoje, sustentado precariamente em uma racionalidade de economia de mercado, cada vez mais se afastando do singular de cada sujeito, objetiva uma falsa uniformidade regida pelo significante mestre: todos consumidores. Essa filia ao consumo ilimitado galopa em direção à universalização massificada do gozo. O estatuto do mundo, da contemporaneidade, que dizem ser um mundo perigoso, bastante complicado, tanto do ponto de vista do desalento subjetivo – para usar uma palavra que condensa uma série de coisas – quanto do ponto de vista do incremento das violências, da criminalidade que

se apresentam hoje. Alguns autores chegam a dizer que vivemos em um mundo catastrófico e, até mesmo, apocalíptico. Como se nós estivéssemos em uma espécie de fim de mundo. Os genocídios estão por toda parte, sobretudo, naturalizados. Há uma “terra de ninguém” que se coloca a todo momento. Necessária é a discussão de algumas questões a respeito do sujeito neste mundo, onde o sofrimento ganha contornos denominado de desalento sobre o qual o discurso da Psicanálise se dispõe a pensar esse sujeito nessa nossa condição contemporânea, na medida em que a Psicanálise, junto com outras Ciências Humanas e Sociais, interessa-se por essa condição de novidade do mundo contemporâneo e tem, supostamente, uma contribuição para oferecer a esse debate. A Psicanálise e o sujeito andam de mãos dadas e, talvez, a eclipse ou o desaparecimento do sujeito seja uma das nossas grandes questões contemporâneas. Então, o sujeito e a Psicanálise são um pouco esse continente, essa fronteira para se discutir as novas formas de subjetivação na contemporaneidade.

Freud (1921), em seu texto *Psicologia das massas e análise do eu*, fala que não existe separação entre psicologia individual e psicologia coletiva e localiza um problema chave para a Psicanálise: não existe separação do estatuto do indivíduo e o estatuto da sociedade, isto é, esses dois registros “indivíduo” e “sociedade” vão juntos, eles estão imbrincados. Eles estão conjugados de modo que essa separação pode caber para o discurso da Psicologia ou para o da Psicopatologia, mas não cabe para as teses da Psicanálise, sejam elas de Freud ou de Lacan, em que esse campo está conjugado

de uma maneira íntima. Em decorrência disso mesmo é que Lacan (1998), em “Função e campo da fala e da linguagem em Psicanálise”, abre o texto com uma formulação importante quando diz que o inconsciente é trans-individual, isto é, o inconsciente não está no registro do indivíduo, não está no registro do Eu – no sentido psicológico do termo –, mas ele está além do indivíduo, em um determinado campo simbólico, de forma que nessa perspectiva o sujeito é constituído por certa genealogia que implicará o espaço social, assim como implicará o campo histórico propriamente dito. Assim, por conta dessa imbricação necessária, íntima entre indivíduo e sociedade em que o ponto do sujeito e do inconsciente se localizam, Freud (1930) nomeia o mal-estar, mal-estar na modernidade, mal-estar na civilização.

A questão do mal-estar em Freud será fundamental para dar conta de algo que é interior da modernidade que produz mal-estar, algo da sociedade moderna em relação à sociedade antiga que faz com que um mal-estar se apresente e se coloque. Esse mal-estar vai se tornar patente, seja sob as formas das perturbações psíquicas dos indivíduos, seja sob a forma da violência, da criminalidade, aquilo que o discurso sociológico chamaria de patologias do social. Esses dois pontos estão juntos, e Freud apresenta diferentes leituras desse mal-estar. Ele cria uma fórmula sobre aquilo que é produtor de mal-estar, são as impossibilidades que os sujeitos têm de poder, de maneira expansiva, potencializarem a sua experiência erótica. Freud (1905) descobriu ali algo chamado sexualidade perverso-polimorfa.

Num segundo tempo, a partir de 1920, no seu texto “O mal-estar na civilização”, Freud (1930) faz uma outra leitura sobre o mal-estar. A sua questão não é apenas de expansão erótica, mas é também decorrente da presença nos sujeitos daquilo que ele chama de pulsões de destruição, de práticas de destruição, da marca de certa crueldade que habita as pessoas no trato consigo próprio, no trato com o outro, seja através de práticas sádicas, seja através de práticas masoquistas. É a maneira como ele localiza o problema tardiamente. O contexto disso para mostrar essa relação entre sujeito e mundo é fundamental. Freud (1930) começa a mudar seu discurso sobre o mal-estar a partir da Primeira Guerra Mundial a qual, até então, foi considerada a guerra mais violenta, mais sangrenta; nela, o uso de armamentos de alta tecnologia começaram a ser utilizados, e o desrespeito para as civilizações civis começou a imperar desde então. Nesse contexto, Freud (1930) nos traz uma outra leitura sobre o mal-estar que marca a nossa história e marca, também, o jovem Jacques Lacan, esse segundo discurso do Freud.

O ponto que vai interessar a Lacan, nos anos 1930, é a questão do crime, é o estatuto da agressividade, é o estatuto da violência. Esse será o mesmo espaço teórico em que Freud fez essa leitura sobre o mal-estar. Nesse contexto, o primeiro discurso de Lacan (1938) sobre o mal-estar, por exemplo, num texto dele chamado “Os complexos familiares”, vai associar o mal-estar com aquilo que ele chama da humilhação da figura do pai. Lacan (1938) diz que é a condição do pai humilhado. À medida que ele perde a sua força

ou ele perde a sua autoridade, ele não pode mais mediar os laços familiares e sociais, sendo essa ausência de mediação presente na base do desencadeamento da violência individual, coletiva, social, que imperava nos anos 1930. Posteriormente, a partir dos anos 1950, Lacan continua a insistir no poder da mediação do pai através de uma figura que ele vai chamar de Nome-do-Pai. Não mais a figura que ele chamaria da imagem do pai, que está presente no pensamento dele como uma figura de mediação simbólica. Vejam bem: tanto no discurso de Lacan quanto no de Freud há uma alusão ao pai. O pai aí existe em dois registros: ele é o pai no sentido da estrutura da família, mas ao mesmo tempo a figura do pai remete à figura da política da soberania. O pai é o soberano, o pai é o pai de família. Então, há uma articulação importante entre o registro familiar e o registro político nessa alusão. Na primeira fórmula do mal-estar de Freud, ligada à sexualidade, o psicanalista acreditava que a figura do pai funcionaria como uma figura protetora do sujeito. Enquanto, na segunda leitura, quando discute sobre a violência, sobre a crueldade, afirma que a figura do pai, a figura do soberano não protege mais o sujeito. O que aparece de novo, no pensamento psicanalítico, dos anos 1920-1930, é esse sujeito lançado sem a proteção do soberano ou sem a proteção do pai, o qual está exposto a um tipo de experiência que se poderia afirmar ser uma experiência essencialmente traumática. Lacan aposta na figura do Nome-do-Pai, em uma mediação da figura do pai, da figura do soberano.

O importante – se se retomar aquilo que vai caracterizar o processo de globalização, o que vai caracterizar a cons-

tituição como decorrência e como articulada à questão da globalização, à questão de uma economia neoliberal – é que esse espaço “mundo novo” vai afetar diretamente o estatuto da soberania. O primeiro ponto importante que vai caracterizar o mundo globalizado e a economia neoliberal é a redução do espaço soberano, a ideia de soberania das nações que ficarão cada vez mais submetidas a uma lógica internacional do capital, de forma que a antiga ideia de soberania ligada à ideia do Estado será altamente fragilizada. Encontramo-nos em um novo momento daquilo que poderíamos chamar de um Estado mínimo, contrastando com o que nós éramos e com o que nós somos. Esse processo mostra uma diferença muito grande entre o que se passou nos anos 1940 e nos meados dos anos 1970-1980. Naquela época, a questão do Estado era uma questão fundamental, pois a mediação e os laços sociais eram fundamentais na construção de um Estado do bem-estar social. A partir de Margaret Thatcher, nos anos 1970, e de Ronald Reagan, nos anos 1980, começa um processo em que o Estado, em vez de resolver os problemas do nosso mundo, passa a ser um complicador e, portanto, deve-se reduzi-lo ao seu mínimo já que ele atrapalha. Assim vamos assistir, com essa transformação, a uma mudança na perspectiva política internacional de forma que a figura do político ou a figura da política seja esvaziada ou silenciada no nosso mundo. Saímos de um mundo referido à política ou ao político para um mundo no qual o que vai aparecer não é mais a questão da governabilidade. Será a questão da governança, a questão de um mundo de *experts*, a função de um mundo de es-

pecialistas que são muito mais gerentes do Estado mínimo do que propriamente políticos que consigam conceber esse espaço da soberania diferentemente? É esse mundo novo, globalizado, neoliberal, que começa a se constituir, e a questão da soberania das nações e do soberano começa a se esvaziar. Esse é um ponto importante da história. Essa perda da substancialidade política que pensa o “estar junto” do nosso mundo se esvazia não só no nível do aparelho de Estado, mas também de outras formas do agenciamento dos movimentos sociais que se esvaziam igualmente como, por exemplo, os sindicatos. Essas formas de organização se esvaziam exatamente por essa perda de substância de governabilidade e por uma impulsão dada por uma certa governança propriamente dita. De forma a se constituir, nesse contexto, aquilo que vai afetar o estatuto das subjetividades, vai se constituir como uma sociedade de risco, isto é, essa nova forma de sociedade pós. A decomposição do Estado de bem-estar social vai ser caracterizada como uma sociedade de risco, na qual nenhum de nós conta mais com nenhum tipo de proteção do Estado. Em que nós estaremos lançados ao Deus-dará propriamente e em que, efetivamente, todos os problemas das subjetividades vão ser tocados em relação a isso. Quer dizer, o que se passa nas últimas décadas é simplesmente uma espécie de radicalização da dimensão de risco que caracteriza a sociedade contemporânea, práticas para manter, para regular isso que seria essa sociedade de risco.

Acompanhando esse raciocínio, novas formas de produção subjetiva que são altamente significativas vão surgindo, se

compararmos o modelo clássico da Psicanálise e o que estava em jogo no sofrimento das pessoas. O sofrimento das pessoas era de uma conflitualidade entre impulsos interditos, nos quais a regulação desses interditos estava muito bem estabelecida e o sujeito que sofria na sua interioridade. Digamos que o sofrimento do sujeito contemporâneo já não se passa nesse contexto, porque essa situação entre sujeito e o interdito, na qual o analista tentava polir um pouco os interditos para deixar o sujeito se expandir, essa fórmula deixou de ter uma vigência na nossa contemporaneidade. Talvez aí se encontre o grande divisor de águas do ponto de vista da experiência subjetiva daquilo que seria o mundo moderno e do mundo pós-moderno, ou o mundo da modernidade avançada, ou o mundo globalizado, seja lá o nome que nós queiramos denominar o nosso espaço social contemporâneo.

Pode-se examinar o que aparece hoje como forma pela qual o mal-estar se apresenta, diferentemente da época de Freud. Para isso, se formos ler os relatos clínicos dos psicanalistas, vamos nos deparar com certas categorias que chamam atenção, certas formas de pensamento, que Joel Birman, em uma apresentação no programa Café Filosófico, aponta para essa discussão como uma nova descrição dos índices clínicos da atualidade. Para Birman, produziu-se uma nova cartografia da subjetividade, do mal-estar, em que algumas categorias de pensamento vêm ao primeiro plano. Primeiro: a categoria corpo. Segundo: a categoria ação. Terceiro: a categoria sentimento. Então, por um lado, todas essas descrições falam de uma série

de mal-estares que acontecem no plano da corporeidade, no plano da ação, no plano dos sentimentos. Por outro, encontram uma estranha ausência, isto é, encontram-se de uma forma negativa as duas faculdades nobres do ponto de vista antropológico que são: a categoria do pensamento e a categoria da linguagem. Essas faculdades vão aparecer negativizadas.

O corpo é o grande cenário ou um dos grandes cenários em que o nosso mal-estar se expressa. Hoje sempre se está aquém da sanidade física, sempre se está devendo algo em relação a certo bem-estar físico, sempre se está correndo atrás de melhorar a performance corporal. Quer dizer, se vive com um temor da morte permanente e um cuidado corporal acentuado. O que isso quer dizer? Isso quer dizer que a saúde, hoje, transformou-se naquilo que a gente poderia chamar – parafraseando Aristóteles – o nosso bem supremo. O nosso bem supremo hoje é a saúde. Essa coisa corpórea. Está muito longe de acreditar que o cultivo da alma seja o nosso bem supremo. O nosso bem supremo é o corpo. E é em função desse corpo, dessa condição de cultivo do corpo, que todo nosso mal-estar vai se depositar inicialmente no corpo. Isso quer dizer que o stress virou a palavra-chave das vidas atuais. Deve-se lutar contra o stress. E isso vai resultar em todo um crescimento do que se diz hoje das patologias psicossomáticas. As patologias psicossomáticas, os especialistas em psicossomática estão em voga exatamente porque tudo passa por essa medicina do stress e da psicossomática na qual essa gestão do corpo saudável é fundamental. E isso vai fazer aparecer no

primeiro plano certas enfermidades centradas no corpo. A mais célebre delas, que está constantemente no jornal, é a Síndrome do Pânico. Síndrome do Pânico é a doença corporal por excelência, uma delas, do mundo da globalização, onde se pode a qualquer momento ser pegos com a suposta iminência de morte. O sujeito transpira, a língua seca, tem-se a certeza da morte. Então, a Síndrome do Pânico, entre várias outras patologias da psicossomática, apresenta-se como a *primadonna* dessas formas de mal-estar contemporâneo.

Ação. O que caracterizam as descrições sobre a ação hoje são relatos sistemáticos sobre agressividade, violência, criminalidade. Relata-se um aumento imenso dessas formas de violência acompanhadas de maior crueldade que passam a acompanhar o nosso imaginário social contemporâneo. Ao lado do aumento dessas práticas de ação, temos um segundo eixo das ações nomeadas de ações fracassadas, mas que são assim mesmo formas de perturbação do mal-estar no nível da ação, que é o que chamamos de compulsão. As compulsões são as segundas *primadonnas* da contemporaneidade. Seja a compulsão à droga, seja a compulsão à comida, seja a compulsão ao consumo, que também é uma compulsão. Essas práticas estão em um crescimento importantíssimo na nossa contemporaneidade, e se nomeiam cada vez mais novas formas de compulsão. Assim, têm-se as formas ostensivas de ação pela violência, pela agressividade, pela criminalidade, tal como se tem um crescimento das ditas compulsões que se encontram repertoriadas pelos psicanalistas e psiquiatras.

Um terceiro eixo que se apresenta sob a forma dos sentimentos mostra as variações de humor, que oscilam de triste para violento. Isso que se chama de distímia, até uma forma fundamental, que é uma outra *primadonna* da contemporaneidade, são as famosas depressões. As depressões se apresentam hoje como formas destacadas de mal-estar contemporâneo. Então, pânico, violência, compulsões, por outro lado as depressões e distímias, caracterizam um mapeamento esquemático das nossas formas de mal-estar contemporâneo.

Nós temos um empobrecimento enorme do campo do pensamento e um enorme empobrecimento do campo do discurso, da linguagem. A nossa linguagem hoje é altamente atravessada por metáforas ligadas à ação; há uma precariedade simbólica. De forma que a ação, o corpo e esses sentimentos aparecem no primeiro plano. Por outro lado, há um empobrecimento da linguagem e do pensamento. Isso seria a nossa caracterização hoje. O que se quer dizer é como se os indivíduos fossem possuídos por intensidades sem que os mediadores de simbolização, fragilizados, pudessem regular essa produção dita intensiva. E seria em decorrência disso, evidentemente, tomados por intensidades, por excitações corpóreas e, se não se pode dar a isso um destino no campo do pensar ou no campo do falar, a única possibilidade é descarregar isso seja no corpo, seja para a ação. Então, há toda uma somatização, uma passagem ao ato que promove uma série de transformações corporais e certo temor, certa hipocondria, de que se vai morrer. Por outro lado, existe todo um extravasar dessas formas

de intensidade sob a forma de violência, sob a forma de distímias, sob a forma de compulsões. Evidentemente que o sujeito prefere explodir pela ação do que implodir o seu corpo, pois isso é uma questão narcísica que ele nem sempre pode escolher, mas ele tem essa dupla face para poder lidar com esse aumento de intensidades: ou ele descarrega sob a forma de passagem ao ato, de passagem ao ato compulsivo ou ele implode o seu corpo sob a forma de produções psicossomáticas, sob a forma de Síndrome do Pânico, sob a forma de outras dores corporais.

A terceira maneira de se entender disso é que à medida que somos tomados por essas intensidades, em que essas intensidades ultrapassam o sujeito, que não consegue regular essas intensidades, passa-se a viver em uma situação que Birman (2009) nomeia de certa “desposseção” de si mesmo. Vive-se a partir dessas intensidades numa sensação de que se perde certo domínio mínimo de si mesmo. É isso que se nomeia de desposseção de si.

Pode-se pensar que as ditas depressões são resultado dessa desposseção de si. Há uma desvitalização como resultado dessa desposseção de si. Giorgio Agamben (2004) caracteriza essa condição contemporânea através de uma fórmula que ele chama da disseminação da vida nua em oposição à vida qualificada. O que quer dizer isso? Agamben (2004) traz essas categorias do pensamento da filosofia antiga, Aristóteles no caso, para falar a respeito de que, para os gregos, o que valia era o que eles chamavam de vida qualificada. É o fato de que eu sou um cidadão, eu sou um

filósofo, eu sou um psicanalista, eu sou um artesão e que a vida biológica por si própria não valia mais nada. Agamben (2004) mostra como, a partir dessa nudez da vida que nos toma hoje, vivemos cada vez mais entregues ao que ele chama de “modelo do campo de concentração”. As nossas cidades, as nossas organizações urbanas – seja através das favelas, seja através dos campos de refugiados, seja através dos meninos de rua, seja através dos sem-terra e dos sem nada – constituem um universo de exceção em que a vida nua se mostra a olho nu. A questão da sobrevivência e dos sobreviventes se apresenta a olho nu, isto é, nós incorporamos, a partir do Nazismo, o modelo do campo de concentração como o modelo da nossa sociabilidade. Esse seria o ponto. Então, pode se perguntar: qual o lugar para a Psicanálise neste mundo? Quais os lugares para certas práticas sociais neste mundo?

Frente a esse empuxo da pós-modernidade, é importante recordar que os analistas não podem se recuar para serem os transmissores de uma prática que prega a defesa do discurso analítico. Discurso antissegregador por excelência e defensor do singular de cada um. É por essa via que podemos afirmar que a dimensão política da ação da prática analítica deve seguir, evitando e se colocando em um fazer contra a segregação que pode advir de outros discursos. Para isso, faz-se necessário estar à altura da subjetividade de sua época, presentificando-se em intervenções analíticas nos debates atuais a respeito do mal-estar contemporâneo.

O analista pode calar, mas nunca o seu silêncio seria mortal, pois faz ressoar, por alusão, outra coisa. É a ressonância como interpretação, silenciosa, embora ao mesmo tempo se faça escutar como um meio-dizer. Essa é a sua função poética, enquanto tenta reduzir e nomear o equívoco da língua. A época atual se caracteriza por ter priorizado o discurso capitalista e as consequências desse movimento resultaram em um esvaziamento de outros discursos produtores de laços sociais. O imperativo do consumo se coloca como fertilizante e produtor das infinitas formas de gozo na cultura.

O esquema de manutenção da vida nua supõe a eliminação da questão do sujeito, a eliminação da questão do desejo, a eliminação da questão das fantasias. Aquilo que aparece através da possibilidade da Psicanálise – penso que aí estaria o lugar da Psicanálise no século XXI. Ela convida a uma restauração subjetiva, ela promete a construção de uma subjetividade possível, isso é, ela promete, retomando a questão do Agamben, uma proposta de vida qualificada. Campo da vida nua para uma vida simbólica e qualificada, através de uma prática dos cuidados que pode se dar no nível individual ou no nível de certas instâncias coletivas a serem inventadas para tratar, na medida do possível, esse mal-estar que está colocado aí e que ganha cada vez mais espaço. Seja através dos fundamentalismos, através da sociedade centrada na polícia e na judicialização da vida como através da psiquiatria biológica, que produz um movimento de apagar qualquer dimensão desejante, qualquer estatuto do sujeito. A Psicanálise se apresenta como uma

alternativa efetiva para se contrapor a essa vida nua, a esse Estado de exceção em que a sociedade contemporânea se delinea hoje.

“Como não viver juntos” é uma provocação cínica do Discurso Capitalista. Cabe aos analistas recusá-la, operando um furo na idealização excessiva da imagem e acolhendo o singular de cada sujeito para religá-lo ao campo do Outro, a fim de que o laço social e o laço do amor recoloque o sujeito novamente em um corpo vivificado. Um sujeito que trabalhe diariamente sua tragédia particular sem estar submetido ao Outro do mercado, encostando em sua dor de existir, mas encontrando soluções e invenções para não ser engolido pelo desamparo. A Psicanálise oferta esse movimento.

Resumè: L'époque actuelle se caractérise par l'intronisation du discours capitaliste dont les conséquences ont entraîné l'évidement des discours censés produire des liens sociaux. L'impératif de consommation agit comme adjuvant, se trouvant aussi à l'origine d'une myriade de modes de jouissance dans la culture, de modes d'usages des objets offerts par le marché, ainsi que d'infinis modes de production de discours de ségrégation. De cette façon, il est important de ramener au cœur du débat actuel la ségrégation de ceux qui ne produisent pas, de ceux qui ne possèdent pas et de ceux qui ne correspondent pas à l'image d'un discours néolibéral ni à celle exigée par le marché. Ces sujets tendent à effacer leur inscription discursive dans le champ social. De nos jours, il est impossible de penser à l'analyste sans envisager son implication décidée

dans le champ social, de la même manière qu'il n'est pas possible non plus de penser l'incidence politique de la psychanalyse dans l'ordre social sans situer précisément le rôle de l'analyste dans le dispositif analytique. Sur ce point, l'intérieur et l'extérieur se rejoignent, ce qui se dégage le plus du domaine privé s'enlace à ce qu'il y a de profond dans le domaine public. Le monde d'aujourd'hui, appuyé précairement sur la rationalité de l'économie de marché, s'éloigne de plus en plus de la singularité de chaque sujet en visant une fausse uniformité régie par le signifiant maître : tous consommateurs. Cet assujettissement à la consommation illimitée galope vers l'universalisation masquée de jouissance.

Mots-clés: Néolibéralisme. Ségrégation. Jouissance illimitée. Analyste. Lien social.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu (1921). In: _____. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 79-156. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 15)

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização (1930). In: _____. *O mal-estar na civilização e outros textos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 67-150. (Edição

standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 21)

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953). In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LACAN, Jacques. *Os complexos familiares na formação do indivíduo*: ensaio de análise de uma função em psicologia. Trad. Marco Antonio Coutinho Jorge, Potiguar Mendes da Silveira Júnior. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. (Texto original de 1938)

LESERRE, A. *La Hidra Neoliberal: Psicanálise/Política/Época*. Olivos: Grama Ediciones, 2019.



Do feminino: sexuação



A morte de Jocasta: a transmissão de um desejo

Jaider Junior de Souza Lima¹

Resumo: O presente texto pretende apresentar um percurso que se inicia com as reflexões de Conrad Stein sobre a presença, na Odisseia, da figura de Jocasta que, no poema homérico, se chama Epicasta. Esta decide tirar a própria vida e, desse modo, poder fazer uso do seu direito de reivindicar sua vingança por meio da ação das Erínias, as deusas da vingança, com o intuito de causarem a Édipo grandes sofrimentos. Tal ato é analisado por meio da distinção entre a Epicasta, de Homero, e a Jocasta, de Sófocles, tendo como pano de fundo a reflexão sobre a presença da mulher na mãe. A história e a psicanálise enfatizaram a Jocasta presente na obra “Édipo Rei”, lançando luz à passividade da mãe de Édipo. O ato de Epicasta foi silenciado, censurado, indício do repúdio ao feminino, que atravessa a história, causa da misoginia generalizada e da manutenção do feminicídio.

Palavras-chave: Jocasta. Erínias. Feminino. Melancolia.

Na obra “As Erínias de uma mãe: ensaio sobre o ódio”, o psicanalista Conrad Stein (1988) expõe:

1 Psicanalista em Belo Horizonte.

Eis aqui uma passagem da Odisséia [sic], canto XI, versos 275 a 280. Trata-se de um fragmento do relato que narra a visita de Ulisses às sombras dos mortos, às portas do Inferno; do episódio onde lhe aparecem as rainhas e as grandes damas mortas, e mais particularmente Jocasta, que no poema homérico se chama Epicasta. (STEIN, 1988, p. 35) “(...) a mãe de Édipo, a bela Epicasta, que fez uma coisa terrível por ignorância, tendo desposado seu próprio filho. Édipo, após haver matado e despojado seu pai, casou-se com Epicasta. Imediatamente os deuses revelaram tudo aos homens. Édipo, na bela Tebas, sob cruéis provocações, governava os Cadmeus em virtude das decisões funestas dos deuses. Epicasta partiu para os domínios de Hades, o porteiro inflexível, tendo em sua dor suspenso um laço no alto da sua casa. Ela deixou a Édipo todos os sofrimentos que podem desencadear as Erínias de uma mãe.” (DELCOURT, 1944, apud STEIN, 1988, p. 35)

Em “As Erínias de uma mãe”, Conrad coloca como questão que Freud, leitor dos clássicos, leu a Odisseia. E que não se tratou de uma escolha consciente, mas o efeito de um recalçamento, seu silêncio em relação à Epicasta, personagem de Homero. Pois, conforme as alegações de Freud, não se espera, na relação entre mãe e filho, a radicalidade do ódio que Epicasta dirige a Édipo. Para fundamentar seu comentário, Stein (1988) cita os seguintes trechos da obra freudiana:

Quanto a Freud [...] Por duas vezes, foi-lhe preciso usar o superlativo para indicar que uma mãe é quase totalmente desprovida da agressividade em relação ao seu filho: “o mais puro exemplo de uma inalterável afeição” (*Introdução à Psicanálise*); “a mais perfeita de todas as relações humanas” (*Psicologia das Massas e Análise do Ego*). E por duas ve-

zes ele indica que esta relação é *talvez* a única a furtar-se à ambivalência própria das relações humanas: “Talvez a única exceção a (*O mal-estar na cultura*); “com a única exceção, talvez ...” (*Novas Conferências*). (STEIN, 1988, p. 27)

Creio que algo similar a Freud possa ter se passado com Stein, pois, sendo frequentador dos seminários de Lacan – este inclusive comenta a presença de Conrad nos seminários 10 e 12 –, em seu ensaio sobre o ódio, silenciou sobre o comentário de Lacan a respeito de Jocasta, constante no seminário 7.

No referido seminário, Lacan (1959-1960) conclui seu longo comentário sobre Antígona assim:

[...] Antígona leva até o limite a efetivação do que se pode chamar de desejo puro, o puro e simples desejo de morte como tal. Esse desejo, ela o encarna. Reflitam bem nisto - o que é de seu desejo? Não deve ser ele o desejo do Outro e ligar-se ao desejo da mãe? O desejo da mãe, o texto faz a ele alusão, é a origem de tudo. (LACAN, 1959-1960, p. 342)

Suponhamos Lacan leitor e ouvinte do canto de Homero. Entretanto, devemos propor que nesse seminário, a ausência da Jocasta homérica retorna no devido lugar, decididamente, através do nome “mãe”, conforme descrito acima. Jocasta, no Seminário 7, tem um aparecimento fugaz em contraponto ao extenso comentário sobre Antígona. No entanto, na reflexão lacaniana, creio que é a sombra de Epicasta que se ergue por trás da imagem de Jocasta.

Em seu ensaio, Conrad se apoia em dois livros de Marie Delcourt: “Oedipe ou La Légende du Conquérant” e “Orestes

et Alcménon”. Ao estudar “sur la projection légendaire du matricide em Grèce”, este lhe permite analisar que, em Homero, Epicasta está na condição de grande dama, “que fez uma coisa terrível por ignorância, tendo desposado seu próprio filho” (DECOURT, 1944, p. 69, apud STEIN, 1988, p. 35), sendo a vítima de um infortúnio, tendo se casado com o assassino de seu marido. Nos referidos estudos, Marie Delcourt interpreta a morte de Epicasta como um matricídio, e a morte de Jocasta como um matricídio censurado. Por consequência, são feminicídios, não suicídios. Além disso, propõe que tal leitura dos referidos mitos é mais condizente com a real história do matricídio e feminicídio na Grécia Antiga. A análise de Conrad aponta que é preciso levar em conta que Jocasta insistiu com Édipo, para não continuar sua pesquisa sobre o assassino de Laio, pois sabia que o resultado a levaria à morte, e Édipo não a escuta. Além disso, para Jocasta, somente com a própria morte conseguiria promover sua vingança. Para Conrad, Epicasta sai de cena, mata a si mesma, com o intuito de fazer uso do direito existente na mitologia do período arcaico da Grécia de invocar as Erínias, deusas responsáveis por vingar as mortes entre familiares. Portanto, a morte de Epicasta se destina a “deixar a Édipo todos os sofrimentos que podem desencadear as Erínias de uma mãe” (DEL COURT, 1944, apud STEIN, 1988, p. 35).

As Erínias eram deusas gregas responsáveis pelas vinganças no seguinte contexto: aquele que era assassinado, independentemente de ser homem ou mulher e, geralmente, em relação a assassinatos entre membros de uma família,

adquiriria direito à vingança, a qual era promovida pelas Erínias. Para Kury (2009), na mitologia romana, as Erínias são denominadas Fúrias. A vingança acontecia através do enlouquecimento da pessoa objeto da vingança, conforme a figurabilidade das cenas que a arte lhe concedeu, por exemplo no quadro “The Remorse of Orestes or Orestes Pursued by the Furies” de William-Adolphe Bouguereau (1825-1905).² Na “Oréstia”, ao matar sua mãe, Clitemnestra, Orestes é perseguido e enlouquecido pelas Eríneas enviadas por ela – o coro diz que somente ele as vê –, e então ele diz que fugirá pelo mundo. Conrad comenta esta cena assim: “Er-rância, pois frente às Erínias, que no entanto trazemos no interior de nós mesmos, podemos apenas fugir.” (STEIN, 1988, p. 56).³

Acrescenta-se, Homero não diz as Erínias de Epicasta, e, sim, as Erínias de uma mãe, o que é uma abertura para Stein recordar, conforme o texto freudiano, que o ódio nasce com o objeto: “É com a entrada do objeto no estado do narcisismo primário que a segunda antinomia do amor,

2 “The Remorse of Orestes pursued by the Furies” de William-Adolphe Bouguereau (1825-1905). Pintura a óleo que retrata a cena descrita no final das “Coéforas”, na qual Orestes, após assassinar sua mãe, Clitemnestra, é perseguido pelas Fúrias.

3 Oréstia: tragédia grega escrita por Ésquilo, encenada pela primeira vez em 458 a.C., e composta da trilogia: Agamemnon, Coéforas, Eumênides. “Agamemnon” narra o retorno deste a Argos e sua morte arquitetada por sua esposa Clitemnestra e pelo amante dela, Egisto. Nas “Coéforas”, Orestes mata sua mãe, Clitemnestra, e o amante para vingar a morte de Agamemnon, seu pai. Nas Eumênides, Orestes é perseguido pelas Eríneas e ao chegar ao templo de Apolo é julgado e absolvido com o voto de Palas Atenas.

o ódio, vem a se formar.”, *Pulsões e destinos de pulsões*, (G.W., X, p. 228, apud STEIN, 1988, p. 47), portanto, desde o nascimento está assinalado o ódio recíproco, causa da inquebrantável ligação entre mãe e filho. Sendo as Erínias nomeadas por Conrad como as figuras do ódio, tem-se que todos são habitados pelas Erínias de uma mãe. Stein (1988) comenta assim:

O ódio nasce com o objeto, e “a sombra do objeto caiu sobre o ego” de onde a depreciação de si. Desde o dia do meu nascimento o ódio de minha mãe caiu sobre mim; eu me odeio. Ou, em termos mais elegantes: estou sendo perseguido pelas Erínias de uma mãe. Falaciosa elegância da referência ao mito: a inelutável constituição melancólica de comunidade está justamente fundada sobre o comum e necessário (*) irreconhecimento do fato de que nós trazemos, em nós, o ódio representado pelas Erínias de uma mãe. (STEIN, 1988, p. 47)

Assim, conforme o psicanalista, Freud recalcou o último verso do canto XI “Ela deixou a Édipo todos os sofrimentos que podem desencadear as Erínias de uma mãe” (DELCOURT, 1944, apud STEIN, 1988, p. 35). Porém, esse conteúdo recalcado retornou em “Luto e Melancolia” e através do conceito de supereu. Acrescento a esses, os desenvolvimentos freudianos sobre a pulsão de morte.

Em outra observação, Conrad (1988) diz: “E Freud, teórico tanto do destino parricida e incestuoso quanto da bissexualidade que cabem a todos os homens, necessitava permanecer cego à própria feminilidade [...] (STEIN, 1988, p. 25)”. Para sustentar suas palavras, o autor cita um trecho do

relato de sessão que consta na biografia de Hilda Doolittle, pseudônimo H.D., paciente americana de Freud: “E... devo lhe dizer (a senhora sempre foi franca comigo, e serei franco, portanto, com a senhora) não me agrada ser a mãe na transferência. Isto me surpreende e sempre me ofende um pouco; sinto-me tão masculino!” (STEIN, 1988, p. 25). Com este exemplo, ilustra-se o repúdio ao feminino, causa da misoginia que assola a história até os dias atuais. Repúdio que é passível de se manifestar tanto em homens quanto em mulheres.

Izabel Massara (2014), em sua tese “Uma verdadeira mulher e seu extravio: figuras da feminilidade em Lacan”, comenta o dito de Lacan no Seminário 5 “Nas verdadeiras mulheres há sempre algo meio extraviado” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 202, apud MASSARA, 2014, p. 12). Esclarece, dessa forma, que se trata de “[...] mulheres que possuem um elemento extraviado, cada uma à sua maneira, pois se encaminham para um lugar em que rompem com os limites simbólicos” (MASSARA, 2014, p. 152).

Ora, o que está evidente em Homero e Sófocles, porém, não assinalado devidamente por Conrad, é que entre as vias do amor e do ódio, a mãe é dividida em mãe e mulher, pois, para Freud, o filho é o falo, objeto de amor, representante da falta, ele não teoriza sobre o “a mais de gozo” da mulher na mãe. A maternidade não drena toda a subjetividade, subsistindo, a presença da mulher na mãe, traço do feminino.

Apesar de apontar o feminino em Epicasta, o gume da crítica de Stein poderia ter sido melhor se houvesse dado mais atenção ao desejo da mulher Epicasta, pois, no ponto em que se apresenta a reivindicação de todos os sofrimentos sobre Édipo, aí não está a mãe, mas a mulher Epicasta. Está aí o extravio feminino, como Medéia que mata os filhos. Para Medéia, não importa os filhos. Para Epicasta, não importa a vida. Então, é a mulher que deseja a morte, a parte mulher. Por outra via, não se pode deixar de assinalar o quão longe uma mãe pode ir, em termos da morte de si e da morte do outro, em prol da vida de um filho.

E se Freud, Conrad e Lacan, em algum momento, deixam de assinalar a radicalidade da contestação da norma fálica feita por Epicasta. Homero, poeta de seu tempo, canta tal feito com naturalidade, o que Sófocles, poeta de outro tempo, não ousou cantar. Penso que não é ao acaso que em seus comentários, mesmo que de maneira breve, tanto Lacan quanto Conrad fazem alusão ao humanismo que se inicia com Sófocles. Creio que o humanismo nascente modifica a sociedade grega, causando tal diferença entre os dois poetas. “Em Sófocles, não há nenhuma referência às Erínias.” (STEIN, 1988. p. 38). As quais na Odisseia tem seu lugar, na sociedade grega, bem circunscrito, a saber, representantes do direito incontestável dos mortos, representantes do direito ao extravio, pois, mesmo tendo sua existência regida pelo pacto social, elas representavam a emergência do real.

Epicasta “[...] partiu para os domínios de Hades, o porteiro inflexível, tendo em sua dor suspenso um laço no alto da

sua casa.” (DELCOURT, 1944, p. 69, apud STEIN, 1988, p. 35). Representação do extravio feminino, esse ato ecoa através da história de seu silenciamento. Fato comprovado por não se querer saber do ódio recalcado que permite a constituição do laço social. Um “não querer saber” que não evita a suspensão do recalque com a emergência do ódio a si mesmo, como na “melancolia” cotidiana, ou, o ódio ao feminino em si e no outro, chegando às vias do feminicídio, o qual se inicia com o repúdio ao feminino. Torna-se, então, uma possível explicação para a inabalável perseverança do feminicídio, da Grécia arcaica aos dias atuais, cuja profilaxia seria consentir com o feminino.

Assinala-se: “O desejo da mãe é a origem de tudo, é o desejo fundador de toda a estrutura, a partir de onde a cadeia significante se produz.” (MASSARA, 2014, p. 169). Segundo Lacan (2020): “[...] muito cedo o ser humano faz lalações e para isso não há outra coisa senão ver um bebê, ouvi-lo [...] há uma pessoa, a mãe [...] que lhe transmite lalíngua” (LACAN, 2020, p. 5, apud PEREIRA, *et al*, 2021, p. 5). Rudimentos do que virá a ser o instrumento, a linguagem, com a qual o sujeito poderá se maldizer, colocando em ato o ódio a si, “[...] se for verdade que sofrer todos os tormentos que podem infligir as Erínias de uma mãe é ter nascido na ordem do real, sexuado [...], (STEIN, 1988. p. 64), na advertência de Jorge de Lima:

*O céu jamais me dê a tentação funesta
de adormecer ao léu, na lomba da floresta,
onde há visgo, onde certa erva sucosa e fria,*

carnívora decerto o sono nos espia.

*Que culpa temos nós dessa planta da infância,
de sua sedução, de seu viço e constância?*

Abstract: This text aims to present a journey that begins with Conrad Stein's reflections on the presence in the Odyssey of the figure of Jocasta, who in the Homeric poem is called Epicasta. She decides to take her own life and, in this way, be able to exercise her right to demand revenge through the action of the Erinyes, goddesses of revenge, with the intention of causing Oedipus' Great suffering. This act is analyzed through the distinction between Homer's Epicasta and Sophocles' Jocasta, having as a backdrop the reflexion on the presence of the woman in the mother. History and psychoanalysis have emphasized the Jocasta present in the work "Oedipus the King", shedding light on the passivity of Oedipus' mother. Epicasta's act was silenced, censored. It is a sign of the repudiation of the feminine that runs through history, the cause of widespread misogyny and the maintenance of femicide.

Keywords: Jocasta. Erinyes. Feminine. Melancholy.

Referências

DELCOURT, Marie. *Oedipe ou la legende du conquérant*. Paris: Les Belles Lettres, 1944. Reimpresão precedida de "Oedipe roi selon Freud" por Conrad Stein. Paris: Les Belles Lettres, 1981.

DELCOURT, Marie. *Orestes et Alcméon. Étude sur la projection légendaire du matricide em Grèce*. Paris: Les Belles Lettres, 1959.

ÉSQUILO. *Oréstia*. Tradução de Mário da Gama Kury. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

KURY, Mário da Gama. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise (1959-1960)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LIMA, Jorge de. *A invenção de Orfeu*. São Paulo: José Olympio, 1952.

MASSARA, Izabel Haddad Marques. *Uma verdadeira mulher e seu extravio: figuras da feminilidade em Lacan*. 2014. 271 f. Tese (Doutorado em Estudos Psicanalíticos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

OLIVEIRA, F. R.. *Medeia de Eurípedes*. São Paulo: Odysseus Editora, 2006.

PEREIRA, G. D. S.; SILVA, I. M.; SANTOS, A. P.; SOUZA, L. B. Endereçamentos maternos e produções vocais infans: o sujeito em constituição. *Psicologia em Estudo (Online)*, v. 26, e44317, 2021. Disponível em: Li-lacs, Index Psicologia – Periódicos. ID: biblio-1250505.

SÓFOCLES. *A trilogia Tebana: Édipo-Rei, Édipo em Colono, Antígona*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

STEIN, Conrad. *As Erínias de uma mãe: ensaios sobre o ódio*. 1. ed. São Paulo: Escuta, 1988.

Obra consultada:

FREUD, Sigmund. Luto e Melancolia. In: _____.
*Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas
Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago,
1974, v. 14, p. 243-263.



Da clínica:

desejo

sublimação

ética



O desejo inibido

Maria Luiza Bassi¹

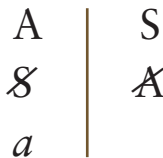
“Propor-me como desejante, eron, é propor-me como falta de a , e é por essa via que abro a porta para o gozo do meu ser”. (Lacan, 1963)

Resumo: O objetivo deste texto é apresentar alguns elementos que evidenciem o desejo inibido do sujeito obsessivo e a sua relação com a angústia.

Palavras-chave: Desejo inibido. Sujeito obsessivo. Angústia.

É pela dobradiça, entre o gozo e o desejo, que vamos caminhar hoje, levando em conta certo objeto a . É um objeto a que deseja. Vamos situar tal objeto, a partir de uma operação de divisão:

Figura 1 – Primeiro esquema da divisão



Fonte: (LACAN, 1962-1963, p. 36)

1 Psicanalista, membro da ATO – escola de psicanálise.

No início está o A, o Outro originário como lugar do significante, e S, o sujeito hipotético ainda inexistente. Já o sujeito barrado, o único que nossa experiência tem acesso, constitui-se no lugar do Outro como marca do significante. Para que essa operação aconteça, será necessário que o Outro se inscreva como quociente, marcado pela barra da falta. Há, no sentido da divisão, um resto, um resíduo. Esses dois termos, sujeito marcado pela barra do significante e o objeto pequeno a , resíduo do condicionamento pelo Outro, encontram-se do mesmo lado, uma vez que a fantasia, esteio do desejo, $\$ \diamond a$ ($\$$ desejo de a), está inteiramente do lado do Outro. Aquilo que está do lado do sujeito é o que o constitui como inconsciente, ou seja, \bar{A} , o Outro como aquele impossível de se alcançar (LACAN, 1962-1963).

O a é o que resta de irreduzível na operação subjetiva, é a partir daí que ele assume sua função. Nesse resto, podemos reconhecer o objeto perdido. É com ele que lidamos tanto no desejo quanto no gozo. A angústia ficaria na dobradiça, entre um e outro.



Fonte: (LACAN, 1962-1963, p. 179)

Anterior a todo jogo da operação, temos o sujeito indeterminado, podemos denominá-lo em um nível mítico como sujeito do gozo. O \mathcal{S} seria o término dessa operação em forma de divisão, sendo o a irreduzível a qualquer significação, o que se mostra constitutivo do sujeito desejante, não mais aquele do gozo, mas o sujeito que está no caminho de sua busca. A angústia seria um termo intermediário entre o gozo e o desejo, no tempo em que o desejo se constitui (LACAN, 1962-1963).

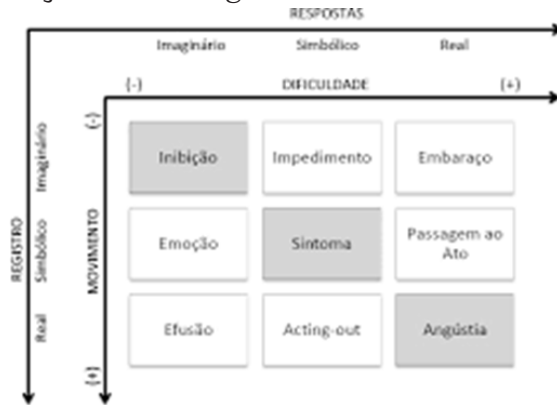
A psicanálise não é o mundo do ser nem das coisas, mas do desejo e do gozo, e é pelo desejo e pelo gozo que a existência humana assume o seu caráter de drama. Sem o desejo e sem o gozo, as noções de vida e morte não teriam nenhum sentido (VALAS, 2001, p. 8)

A paciente diz *Se eu não estou pronta, não me exponho a riscos*. Uma frase que revela a gramática pulsional de um sujeito que não arrisca, precisa da certeza para se mover.

Lacan (1962-1963), no seu texto sobre o tempo lógico, trabalha a lógica do ato em uma temporalidade que implica um tempo de ver, tempo de compreender e um momento de concluir e mostra que a passagem do tempo de compreender ao momento de concluir implica um salto. Momento em que o sujeito joga um tudo ou nada, momento de angústia. Lacan (1962-1963) falou da pressa angustiante que move o sujeito ao ato.

A paciente não se lança, seu desejo está inibido em uma posição defensiva, zero movimento, nenhuma angústia.

Lacan (1963), no Seminário 10, retorna ao quadro de dupla entrada para trabalhar a constituição do desejo do obsessivo e sua relação com a angústia.



Fonte: (LACAN, 1962-1963, p. 89)

Da clínica: desejo, sublimação e ética

A inibição é o ponto de partida, assim como no texto freudiano. Logo no primeiro capítulo de “Inibição, Sintoma e Angústia”, a inibição é apresentada como evitação da angústia através do impedimento de uma função. A inibição parte do eu e opera no mesmo eu. Lacan (1962-1963) localiza o desejo do obsessivo, nesse lugar, desejo inibido.

Freud, nesse mesmo texto, designa a angústia como um sinal de perigo. Lacan (1962-1963) relaciona esse perigo ao caráter de cessão do momento constitutivo de *a*. A criança experimenta a cessão do objeto a partir de um movimento de soltar e largar o seio da mãe. Ela não é desmamada, mas se desmama. O seio passa a ser um objeto cedível podendo ser substituído por outros como a mamadeira.

É igualmente na função de objeto cedível, em que o objeto anal intervém na função do desejo. Dessa vez entra em

jogo a demanda do Outro, ou seja, o sujeito é solicitado a se manifestar como sujeito de pleno direito. Ele pode atender a essa demanda, oferecendo ao Outro o que ele deseja ou segurar, reter, recusar-se a dar ao Outro o que lhe foi solicitado. Para Lacan (1962-1963), essa seria a “primeira forma evolutiva do desejo”, portanto, da ordem da inibição (LACAN, 1962-1963, p. 356).

O impedimento está no nível da inibição, mas leva consigo certa dimensão sintomática. Na lógica lacaniana, o sujeito está impedido e não inibido, porque quer e não pode. Para o obsessivo, o impedimento seria o “não poder impedir” os vaivéns do significante em busca da marca primitiva, do objeto perdido. Seria uma busca incessante, com seus tempos de suspensão, seus caminhos errantes, suas pisadas falsas e suas derivações laterais. O sujeito não consegue impedir-se de reter o seu resto, seu dejetivo, caracterizando uma compulsão marcada pela dúvida.

Finalmente o embaraço, que é o máximo da dificuldade. Dentro dos fenômenos que partem da inibição, da limitação funcional, o embaraço é o que está mais ligado à angústia. O sujeito se vê embaraçado diante da dúvida, podendo incidir aí, a causa, que possibilitará a entrada do analisante na transferência.

Para o sujeito obsessivo, trata-se de sustentar seu desejo no nível do impossível, ou seja, no nível das impossibilidades do desejo. Daquilo que o desejo se defende é de outro desejo. O que está em jogo é o objeto *a* na economia do

desejo. Este *a* aponta para um furo central que confere um lugar privilegiado à angústia de castração, único nível em que a angústia se produz no próprio lugar da falta de objeto. Daí o desejo inibido em que o *a* se apresenta como causa do desejo de reter. Lacan (1962-1963) dá o nome desse *a* de rolha, ou seja, aquele com a função de fechar. Dessa forma, o *a* funciona como tampão e não como resto de uma operação. Podemos dizer que o desejo do obsessivo é uma defesa contra o núcleo de carência da castração (LACAN, 1962-1963).

A análise do sujeito obsessivo pode conduzi-lo ao topo da angústia, levando em conta que a análise caminha em direção ao real da castração, ou seja, tudo que o obsessivo não quer saber, nem ver. Lacan (1962-1963) insiste no fato de que a angústia do obsessivo é tão massiva que, na ocasião que essa finalidade se aproxima, pode se tornar difícil para o sujeito conter-se e controlar-se (SOLER, 2012, p. 156).

É a partir da transferência que o sujeito poderá suportar a travessia em análise. Nesse percurso, o sujeito se depara com sua divisão, sua falta induzida pelo significante ($\$$). Essa falta exige que o sujeito se torne perda, para que se estabeleça a causação do desejo.

Para Lacan (1962-1963), a causa de desejo se constitui pela queda do próprio sujeito como objeto *a*, não do Outro como objeto. A experiência com o objeto cedível, que mencionamos acima, permite que o sujeito possa cair da posição de objeto a partir da hiância do desejo do Outro.

Essa articulação entre falta, perda e causa vai sendo tecida em uma análise permitindo que esse sujeito obsessivo possa se perder enquanto objeto de gozo do Outro para se tornar causa do próprio desejo (RABINOVICH, 2000, p. 82-84).

Abstract: The objective of this text is to present some elements that highlight the inhibited desire of the obsessive subject and its relationship with anguish.

Keywords: Inhibited desire. Obsessive subject. Anguish.

Referências

FREUD, Sigmund. *Um estudo autobiográfico, Inibição, sintoma e ansiedade, Psicanálise Leiga e outros trabalhos* (1925-1926). Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 20).

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 10: a angústia* (1962-1963). Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

RABINOVICH, Diana S. *O desejo do psicanalista: liberdade e determinação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

SOLER, Colette. *Seminário de leitura de teto ano 2006-2007: seminário “a angústia”, de Jacques Lacan*. São Paulo: Escuta, 2012.

VALAS, Patrick. *As dimensões do gozo: do mito da pulsão à deriva do gozo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Plissados, por favor!: sobre sublimação e pulsão de morte

Izabel Haddad¹

Resumo: Este texto trata da questão da sublimação e da pulsão de morte na psicanálise freudiana. Esses conceitos serão aplicados à coleção de moda “Plissados, por favor!”, do estilista japonês Issey Miyake. O gesto criativo do artista Miyake inaugura um saber sobre o desejo além da presença da morte.

Palavras-chave: Sublimação. Pulsão de morte. Arte.

Quando a bomba de urânio foi lançada sobre Hiroshima, em 6 de agosto de 1945, o então menino japonês Issey Miyake tinha seis anos de idade. Os Estados Unidos bombardearam as cidades de Hiroshima e Nagasaki nos últimos tempos da 2ª Guerra Mundial. Acontecia o primeiro e único episódio na história em que armas nucleares foram usadas contra alvos civis. O cenário em que as bombas explodiram transfigurou-se, assim como os corpos daqueles que estavam próximos às áreas da explosão. Dentro dos primeiros meses após os ataques atômicos, os efeitos agudos das armas mataram mais de 200 mil pessoas; cerca de

1 Psicanalista, doutora em Teoria Psicanalítica (UFMG), professora do curso de pós-graduação em Teoria Psicanalítica de Freud a Lacan (PUC Minas) e autora do livro “Uma mulher e seus extravios” (2017).

metade das mortes ocorreu no primeiro dia. Durante os meses seguintes, as perdas aconteceram devido a queimaduras, envenenamento radioativo e outras lesões, que foram agravadas pela radiação.

O fato mais marcante dessa guerra, portanto, o que mais nos interessa analisar está diretamente relacionado à obra do estilista Issey Miyake, que teceu suas coleções de roupas interpelando de forma simbólica o trauma da guerra. Sabe-se que um dos principais efeitos da radiação da bomba sobre o corpo humano é a deterioração das camadas da pele. O contato com partículas radioativas produz a descamação dela, uma vez que as células não resistem ao calor emitido pela fissura do átomo. Foi nesse contexto histórico trágico que a infância do menino se desenrolou. Sabe-se que tempos depois Miyake perde a mãe, vítima dos efeitos da radioatividade causada pelas explosões.

Foi no cenário devastador da guerra que muitos precisaram reconstruir suas histórias, refazendo a crença de que os homens eram capazes de erguer novamente seus feitos civilizatórios sobre a destruição absoluta que eles mesmos haviam causado. Pouco antes da eclosão da guerra, em 1932, Sigmund Freud endereça uma carta-resposta a Albert Einstein, intitulada “Por que a Guerra?”: “Tudo o que estimula o crescimento da civilização trabalha simultaneamente contra a guerra” (FREUD, 1932, p. 126). O caminho que seguiremos conduz dos escombros reais de uma batalha perdida à agressividade da pulsão mortífera dos homens à obra sutil e bela, confeccionada pelas mãos de um japonês. Repleta de babados, dobraduras e pregas,

a confecção de suas vestimentas precisava muito mais que simplesmente cobrir os horrores da violência, mas velar o real da finitude dos corpos, em uma situação limite. A obra internacional do estilista é um exemplo marcante de um objeto sublimatório erguido a favor do processo civilizatório contra o aniquilamento mortífero da pulsão.

Não parece ser por acaso que sublimação e melancolia caminhem frequentemente juntas em biografias sobre a vida dos artistas. O melancólico parece ensinar como opera a ligação traumática de um sujeito com o objeto perdido. Dito isso, observa-se que

[...] os traços mentais distintivos da melancolia são um de-sânimo profundamente penoso, a cessação de interesse pelo mundo externo, a perda da capacidade de amar, a inibição de toda e qualquer atividade, e uma diminuição dos sentimentos de autoestima [*sic*] (FREUD, 1917, p. 174).

É perceptível que no exato ponto em que o sujeito melancólico se vê solapado pelos efeitos da pulsão de morte sobre o eu, o artista, em seu gesto sublimatório, faz da sombra do objeto que poderia eclipsar o desejo, sua proteção ao sol.

Nosso papel seria menos trazer a criação do artista-estilista ao ponto de corte de nossa navalha teórica, e mais destacar o desejo que permanece nos subterrâneos de sua obra, ou por debaixo desses panos meticulosamente tecidos pelo artista-artesão. Não seria possível encerrar seus feitos nos moldes de um caso clínico clássico, mas sobretudo trazer os traços importantes de sua biografia, como Freud o fez com tantas artistas, como Leonardo da Vinci, Michelangelo, e tantos outros, a fim de compreender os destinos pul-

sionais do “escritor criativo”, que, neste caso, produz um belíssimo devaneio em forma de roupas que protegem e cobrem o corpo com delicado invólucro imaginário.

O japonês explorou diversas formas de confeccionar vestimentas tridimensionais de vestuário que oferecessem aos movimentos corporais maior liberdade. Quem observa suas peças com atenção percebe seu anseio de redefinir a ligação existente entre a roupa e o corpo, tecendo modelos que reúnem tradição e tecnologia. As peças da coleção, intitulada “Plissados, por favor!”, foram confeccionadas no final dos anos 1980, quando o estilista introduziu um método arrojado para preguear tecidos. As camisas de fibra de ananás e os vestidos de papel, dobrados pela máquina de plissar, desfilaram, em 1993, uma vestimenta topológica, que ilustrava o aspecto radical da roupa moderna, combinando a ideia milenar e tradicional das dobraduras japonesas.



Pinterest: Imagens das peças da coleção de roupas plissadas do estilista Yssey Miyake.

Os vestíveis topológicos de Miyake projetam no espaço entre a pele e o mundo uma cápsula que faz sombra sobre o corpo. Cada plissado desdobra a função que a pele tem, adornar a carne com uma segunda pele. Suas peças de tecido cobrem um corpo assombrado pelos efeitos reais, imaginários e simbólicos da devastação de uma guerra. Atormentados pelos estilhaços da arma nuclear acredita-se que os japoneses nunca se refizeram completamente da fissura psíquica produzida pela explosão da bomba. Suas criações seriam somente peças de moda se o estilista e designer japonês não desenhasse roupas que são o protótipo perfeito de uma vestimenta-casa que é ao mesmo tempo, casca, casulo, concha para o corpo.

As teorias freudianas poderiam lançar alguma luz sobre a obra do estilista japonês, especialmente sobre o modo como seu trabalho de luto foi se fazendo ao longo dos anos, refletindo-se nos detalhes da técnica artesanal de suas roupas? O luto deve inevitavelmente ocorrer “diante da perda de qualquer coisa que nós tivermos amado ou admirado” (FREUD, 1917, p. 174), pois no processo de desligamento normal, o ego vai retomando novamente para si a energia psíquica que direcionava ao objeto, introjetando algum traço dele. Digamos que no momento da guerra Yssey Miyake perde o ideal de seu povo, a imagem de sua cidade, sua mãe; o que torna o ventre de sua terra natal, antes familiar, um campo estranho. O que, todavia, levou-o a não fixar sua libido nos ideais perdidos, mas, pelo contrário, a prosseguir assimilando algo dessa perda quase absoluta em sua obra? A sombra do objeto perdido poderia cair sobre o Eu,

contudo, foi conduzida ao seu melhor lugar: a criação de arte. Nesse sentido, a coleção de moda do artista é menos uma roupa estilizada, e mais uma vestimenta para o Real.

Suas coleções são verdadeiros objetos de arte, o que revela uma maneira muito particular de absorver um elemento qualquer do objeto perdido, reintegrando seus traços ao gesto artístico. O corpo da mãe, mortificado pelas radiações da bomba, ressurgiu revisitado nas formas das roupas que são como úteros desdobrados, enormes conchas que bordejam a fragilidade do corpo. Contudo, essa roupa-casa-útero contempla em sua arquitetura, mesmo que em estado latente, o traço da morte. O processo de plissagem de tecidos desenvolvido pelo estilista promove sobre a fibra têxtil calor, o que remete aos efeitos da radiação da bomba nuclear sobre a pele dos japoneses: um enrugamento das camadas celulares pelo efeito de exposição prolongada a altas temperaturas. As vestimentas de Miyake se parecem com togas plissadas, dobram-se como papel sobre si mesmas, até atingir o tamanho de uma dobradura que cabe em uma minúscula caixinha. Ali em poucos centímetros quadrados repousa o corpo da roupa, enrugada, até se reduzir a quase nada. O tecido arrancado do corpo de algumas gerações de japoneses é recuperado na forma de roupas de moda que desfilam em passarelas pelo mundo, inclusive pelos países aliados. Enfim, retoma-se a pele por sua metáfora, a fim de revestir de forma lúdica o corpo de seu povo no triunfo da pulsão de vida sobre a morte.

O gesto criativo, que inaugura a técnica de plissagem de tecidos, faz do menino freudiano em seu *Fort-da*, ativo

perante seu luto, já que o artista se desvencilha da posição de objeto ocupada pelo melancólico para se rejubilar no retorno do carretel de linha – sua tecelagem sobre o vazio. Yssey Miyake retoma o fio de sua história nas próprias mãos, para, enfim, desenredar-se da presença cortante da morte. O estilista remodela, de forma inconsciente, a ausência deixada pela perda do corpo da mãe morta pelas bombas. O que poderia ter se tornado sua mortalha renasce na maneira de uma reconfortante vestimenta, na qual o corpo faz morada. Justamente no ponto em que toda e qualquer ficção é irrevogavelmente um semblante, ele faz valer o lugar imaginário do útero que lhe falta, a primeira casa que se transmuta em roupa. Sobretudo, eleva o objeto a um lugar ainda mais sublime, conduzindo a simples modelagem de tecido a um objeto estético de moda que emoldura a caducidade do corpo. Para esse japonês, o corpo deve urgentemente ser recoberto por um plissado a mais, por favor!

Abstract: The text deals with the issue of sublimation and the death drive in Freudian psychoanalysis. These concepts will be applied to Japanese designer Issey Miyake's fashion collection titled Pleats, Please! Artist Miyake's creative gesture inaugurates knowledge about desire beyond the presence of death.

Keywords: Sublimation. Death drive. Art.

Referências

FREUD, Sigmund; EINSTEIN, Albert. *Freud e Einstein – Por que a guerra? Reflexões sobre o destino no mundo (1932)*. Lisboa: Edições 70, 2017.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia (1917). In: _____. *Obras Completas*, v. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Obras consultadas:

FREUD, Sigmund. Reflexões para os tempos de guerra e morte (1915). In: _____. *Obras Completas*, v. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. Sobre a transitoriedade (1915-16). In: _____. *Obras Completas*, v. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

A clínica de uma ética nos horizontes de nossa época

Bárbara Guatimosim¹

[...] *la crise, non pas du discours du maître, mais du discours capitaliste, qui en est le substitut, est ouverte.*²

Resumo: O texto pretende partir da clínica de hoje, vista principalmente como a clínica do gozo que, aliado ao discurso capitalista, contamina os outros discursos. O discurso analítico não é menos sujeito a isso, o que nos lança um desafio: O que pode a psicanálise e sua ética diante dos processos crescentes de segregação e apagamento das singularidades?

Palavras-chave: Discurso capitalista. Supereu. Discurso analítico. Ética. Causa.

Pretende-se, com o título deste artigo, retomar a ética da psicanálise, do discurso analítico, do ato e do desejo do analista – princípios e conceitos fundamentais que fazem existir a práxis analítica, práxis na qual insistimos ainda

1 Psicóloga. Psicanalista. Membro do Fórum do Campo Lacaniano de Belo Horizonte, EPFCL – Brasil. Artigos publicados em várias revistas e coletâneas de psicanálise. Mestre e doutora em estudos literários, linha de pesquisa: Literatura e Psicanálise.

2 “[...] A crise, não do discurso do amo, mas do discurso capitalista, que é o substituto, está aberta.” Lacan, Jacques. DU DISCOURS PSYCHANALYTIQUE. *Do discurso Psicanalítico* Milão 12/05/1972.

hoje, depois de tantos anúncios de seu fim senão de sua degradação, prenúncios vindos do próprio Lacan que, até o fim de seu ensino, advertia sobre o crescimento da religião e da segregação; esperemos que ele tenha se equivocado nesse ponto.

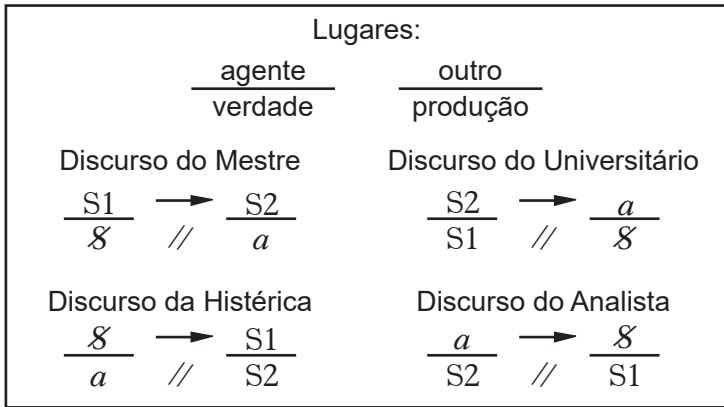
Se fosse o caso de resumir a clínica, que nasceu com Freud na escuta do inconsciente recalcado e seus retornos, é, hoje, principalmente, a clínica do gozo, a lida e a escuta das injunções do supereu, que se ajuntam à clínica dos excessos, dos efeitos do discurso capitalista. Mesmo sendo chamado discurso, paradoxalmente podemos dizer que é um antidiscurso, e mesmo um obstáculo à ideia de discurso como laço social. O supereu, nossa já conhecida instância freudiana, aliou-se muito claramente ao discurso capitalista. O S1³ como significante do mestre perverso e o curto-circuito que essa posição promove entre os elementos e lugares assolam os demais discursos comprometendo os sujeitos em sua própria condição de sujeitos divididos, sujeitos barrados, sujeitos castrados.

Recebemos na clínica, em grande parte dos casos, não sujeitos desejantes, mas indivíduos assujeitados, que não podem falhar, instrumentos “saudáveis” de produção e consumo, ou melhor, sujeito e objeto se consumindo (e consumados) em curto-circuito. O indivíduo nos surge como um construto forjado e é acossado por uma exigência (meta) de qualidade total, que paradoxalmente pede, ao

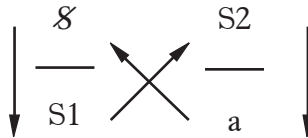
3 O S1 faz parte da álgebra lacaniana. A notação está explicada no texto logo em seguida de sua aparição. “O S1, como significante do mestre perverso.”

mesmo tempo, sua anulação, por vezes suicida. Os efeitos do antidiscurso capitalista sobre os discursos são devastadores. Ele libera o impossível nos discursos. Em uma aliança com o discurso do mestre, a afinidade permite a perversão e um desvirtuamento de origem; aliado ao discurso universitário alimenta a tecnocracia sem limites. O Discurso Histérico passa a querer e poder tudo, assim como a ciência; e mesmo O Discurso Analítico (DA) não escapa da degradação... com a causa preenchida, ele passa a produzir suficiências, imposturas e degradação da função analítica. O lugar de O Sujeito suposto Saber (SsS) não cede à causa do desejo, mas a um saber e exercício de gozo, passando de laço analítico com o sujeito barrado (\mathcal{S}) à uma parceria que cede ao fantasma (a $\langle \rangle \mathcal{S}$). O Discurso Capitalista contamina os elementos e os lugares discursivos, pretende eliminar o real da castração e promete o todo à impotência. Sem o impossível, desavergonhadamente governa-se, educa-se, deseja-se, sabe-se e analisa-se, faz-se gozar [...] sem problemas? As consequências são totalitarismos, abusos, construções opressivas irrespiráveis. Mas esse suposto discurso “não está menos destinado a estourar, pois é insustentável”.⁴ Um respiro [...].

4 “Ça n'en est pas moins voué à la crevaision. C'est que c'est intenable.” Lacan, Jacques. *Du discours psychanalytique*. Op. Cit.



Discurso capitalista



Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019180615>

Já o DA, entre os discursos, produz novos significantes mestres que, não sendo imposturas e injunções podem emergir do efeito de causa do desejo para o sujeito produzindo o que Lacan chamou de ambiente respirável (refúgio contra o mal-estar) desde a singularidade que passa a ter lugar, e, mais que isso, passa a orientar um caminho (um dos nomes desse refúgio é a Escola). Quando a causa do desejo toma o lugar de agente no giro dos discursos, os significantes mestres produzidos pelo discurso analítico são liberações que, ao mesmo tempo, vêm do assujeitamento à castração, e ainda pelo esvaziamento de significação vinda do Outro. O DA produz significantes asemânticos. Então, com Lacan, quando o DA entra na torção dos discursos ocorre uma queda, um corte. Quando o DA emerge, não é mais um discurso que faz a engrenagem discursiva

girar em círculo, mas promove um descentramento, um “isso cai” (LACAN, 1973, p. 59). Lacan lembra Kepler e sua elipse. A perda, extração de gozo do objeto que seria ao gozo destinado, o vazio que faz o objeto *a* como causa, atinge o sentido que se sustentava no Outro e reorienta o sujeito barrado produzindo uma mestria (S1) uniana, singular, ou como diz Lacan (1953), vemos aí o DA “fazendo um melhor uso do significante um.”⁵ Essa operação promove laços distendidos – laços não tensos, porque não grudados –, pois as singularidades arejam o mundo. Por isso, assim entendo, Lacan promove o discurso analítico como o pulmão artificial do mundo, quando do mundo se faz um bloco uniforme⁶. A ética da psicanálise é a ética do desejo, mas também a ética do gozo tratado pela lei e pela diferença. A psicanálise é uma reserva ecológica para quem acessa seu discurso. Gostaria de retomar uma afirmação de Lacan, no Seminário 25, “O momento de concluir”, em sua primeira lição de 15/11/1977: “O psicanalista é um retor (retórico) (*rhêteur*), para continuar equivocando diria que ele “retorifica” (*rhêtifie*), o que implica que retifica (*rectifie*).” O analista é um retor, quer dizer que “retas” – palavra latina equivocada com a “retificação” (*rhêtification*).”⁷ Retificação é uma palavra que carrega a ética. Em uma “etificação”, o analista se empresta a ser o retórico de uma retificação que

5 LACAN, Jacques. *Do discurso Psicanalítico*. Op. Cit.

6 LACAN, Jacques. “Déclaration à France-Culture à propôs du 28e. Congrès de Psychanalyse”, (1973).

7 Le Seminaire *Le moment de concluire*. 1ª lição, 15/11/1977.

se vetoriza por uma ética do impossível real. Precisando: o analista é um retor, mas como ele passa a régua? Ele se alinha com a diferença do sujeito. É assim que ele retifica, vetoriza a trajetória fazendo cair identificações, comparações, competições, padrões, ideais superegoicos, abrindo um caminho próprio e único; em um certo sentido incomparável: eis como entendo a busca do desejo do analista pela diferença absoluta como Lacan (1964) pontua ao final do seminário 11. (LACAN, 1964, p. 260).

A posição do analista, posição de objeto *a* esvaziado promove em si mesma, desde que sustentada, um lugar de extração de gozo. Um lugar vazio não convida a uma identificação⁸, mas talvez, quando a transferência favorece a entrada em análise, há um esvaziamento. Um vazio pode provocar outro. Então podemos dizer que a opção do analisante pela práxis analítica, o surgimento desse desejo inédito, pode bem ser fruto de casos de sujeitos que desde suas análises, tomam o bastão do lugar de causa, como relançamento da sobrevivência e resistência do próprio desejo que se desdobra, por sua vez, no interesse pela diferença do desejo do outro. Os ganhos de uma análise, e não digo ganhos terapêuticos, mas ganhos fundamentais, podem fazer alguém se entusiasmar a ocupar a função de analista. Aliás, nunca foi tão importante distinguir o que provém da ética do ato analítico, uma mutação de princípio, de outras ações terapêuticas. Mesmo porque muitas dessas são colaboracionis-

8 O ideal de final de análise como identificação com o analista, tão criticado por Lacan, só poderia, portanto, passar por algo pessoal do analista, pelo seu eu.

tas com o eu e/ou adequadas às demandas do outro.

Este lugar é um lugar não só do desejo de diferença na escuta analisante, mas também de resistência à recuperação do gozo sintomático. Exercer-se no lugar do analista é um trabalho permanente e continuado de formação e de análise do analista, nesse sentido, interminável. Por isso, podemos dizer que a cada análise encetada produz-se ainda e de novo a análise do analista – posta à prova. Há ainda a possibilidade de se viver disso, fazer na posição de analista um ofício. Coisa simples, mas importante de ser explicitada. Quem se autoriza como analista, certamente, pela ética que nos orienta, renuncia a ser milionário, pelo menos com o ofício que exerce. Se alguns entendem ser a psicanálise uma prática elitista é porque não se dão conta do quanto ela é marginal, uma opção estranha e custosa. Por isso, não nos surpreende que ela sofra ataques dos lugares mais diversos, mas sempre de onde se preserva o discurso dominante, domínios de manutenção do poder. É por isso também que se o psicanalista não pode afastar-se, alhear-se, em seu horizonte, de seu tempo, encontra-se sempre na impossibilidade de coincidir com a subjetividade da época. Não é incomum ouvirmos declarações de que a psicanálise, em seus pouco mais de cem anos, essa descoberta que podemos, à luz de outras ciências e ofícios, considerar ainda tão recente, está cada vez mais importante e mesmo necessária. Na pandemia, vimos o quanto ela está viva. Mais viva do que nunca! Recentemente, em entrevista, Alain Badiou⁹

9 “A psicanálise pode nos salvar, ela deve nos iluminar”. Uma conversa com

ousou dizer que a psicanálise pode nos salvar! Mesmo vindo de um filósofo, a expressão não me pareceu irônica... ele explica o salvamento com singeleza: a psicanálise nos ilumina! Ela esclarece zonas de sombra... e abusos de poder.

Mas podemos continuar a nos perguntar: A psicanálise nos salva de quê? Certamente não nos salva do real, do impossível. Lembrando o que Lacan (1974) nos diz em “A Terceira”, alertando-nos contra a demanda de “êxito da psicanálise” que, extinguindo juntamente o real e o sintoma poderia tornar-se uma religião. Portanto, a psicanálise promove lucidez crítica desmontando os totalitarismos e favorecendo a emergência do sujeito do desejo. A psicanálise, por sua estrutura mesma, lança um olhar e uma escuta críticos ao sistema vigente, ao discurso dominante; nos salva de obedecer cegamente tanto o que vem da ordem pulsional como o que vem do ideal cultural. O supereu não apenas proíbe ou ordena gozar, mas também ordena e, por vezes, muito sutilmente, simplesmente obedecer. O supereu cultural *Kultur-Über-Ich*, mesmo entre os psicanalistas, é surpreendentemente muito pouco explorado, não? Mas é um significativo freudiano que lemos no “Mal-estar na cultura.” O supereu cultural legifera normas universais.

O psicanalista, que não se encerra em um conceito fechado, permite nessa abertura muitas definições: o analista é alguém que nunca escolhe estar no poder, porque aí não se sustenta como tal. Seu lugar inicial de Sujeito suposto Sa-

Alain Badiou: Entrevista realizada para Calibán – Revista Latino-Americana de Psicanálise, em Paris, em junho de 2019, por Mariano Horenstein na presença de Isabelle Vodoz.

ber destina-se a ser daí destituído e depois dispensado no trabalho analítico de desalienação. O analista está sempre à parte, oficiante, à margem do oficial. O analista trabalha para o poder, o poder de ser singular de cada um – sendo esse poder distinto ou melhor, distintivo. O analista, em um mundo carregado de padrões do viver e do morrer, em um mundo pleno de mandamentos e comandos, é um estranho, um estrangeiro em sua própria terra. O analista é um anti-herói na luta contra o bem e o mal – não apenas contra, mas também além da imposição soberana *Una*, que decide sobre o bem e o mal forjando as segregações.

Abstract: The text aims to address today’s clinical practice, mainly seen as the clinic of jouissance which, allied with the capitalist discourse, contaminates the other discourses. The analytic discourse is not less subject to this, which poses a challenge: What can psychoanalysis and its ethics do in the face of the growing processes of segregation and erasing singularities?

Keywords: Capitalist discourse. Superego. Analytic discourse. Ethics. Cause.

Referências

BADIOU, Alain. Filosofia e psicanálise: strangers in the night - uma conversa com Alain Badiou. Calián: *Revista Latino-Americana de Psicanálise*, Paris, v. 17, n. 2, p. 199-210, 2019. Disponível em: <<https://calibanrlp.com/wp-content/uploads/2022/11/c-pasion-por.pdf>> Acesso em 18 mai. 2024.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 25: o momento de concluir (1977-1978)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 20: mais, ainda (1972-1973)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. Documentos para uma Escola VI – A terceira: uma Escola para a psicanálise. *Revista da Escola Letra Freudiana*, ano XXXV, n. 0 (2016). Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana, 2016.

LACAN, Jacques. *A terceira*. Disponível em: <https://www.traco-freudiano.org/images/A-Terceira-Jaques-Lacan-Conferencia-em-roma-1974.pdf>. Acesso em 26 set. 2024. <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/351083281-83798809-A-Terceira-Jaques-Lacan-pdf>. Acesso em 18 mai. 2024.

LACAN, Jacques. *Du discours psychanalytique*. Discours de Jacques Lacan à l'Université de Milan le 12 mai 1972, paru dans l'ouvrage bilingue: Lacan in Italia (1953-1978). En Italie Lacan, Milan: La Salamandra, 1978, p. 32-55. Disponível em: <<https://ecole-lacanienne.net/wp-content/uploads/2016/04/1972-05-12.pdf>>. Acesso em 18 mai. 2024.

LACAN, Jacques. *Déclaration à France-Culture à propôs du 28e*. Congrès de Psychanalyse, 1973. Parue dans *Le coq-héron*, 1974, n.º46/47, p. 3-8. Disponível em: <<https://ecole-lacanienne.net/wp-content/uploads/2016/04/1973-07-00a>>. Acesso em 18 mai. 2024.

Obra consultada

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Interseção psicanálise
e direito - produções de
cartel



Os limites da lei entre o desejo e o gozo

Rosana Scarponi Pinto¹

Resumo: Levando em consideração os conflitos gerados na separação judicial de casais, o texto aborda como o discurso da ciência jurídica precisa se abrir para ouvir nas entrelinhas um outro discurso: o do sujeito estabelecido entre a demanda, o desejo e o gozo.

Palavras-chave: Necessidade. Demanda. Desejo. Gozo.

A participação no cartel “Psicanálise e Direito” possibilitou-me escutar os impasses ocorridos na vara de família por ocasião da separação judicial de casais. A questão inicial era a surpresa diante do que ocorre frequentemente, quando o contrato estabelecido pelas “partes”, tanto sobre bens quanto sobre a guarda de filhos, é acordado após exaustivas intermediações, mas é rompido quando da assinatura, o que pode, inclusive, durar anos, porque um dos ex-parceiros demanda mais e mais cláusulas no contrato, corrige ou sugere novas e, assim, sucessivamente, até que, por fim, o juiz estabeleça a sentença.

Os entraves nas situações descritas nos levam a situar o sujeito do inconsciente preponderando ao sujeito da razão, objeto do Direito e remeteram-nos ao conceito de desejo

1 Psicanalista, membro da ATO – escola de psicanálise.

em três direções: a primeira se refere ao encontro falto-
so entre a necessidade, a demanda e o desejo. Partimos da
constituição do eu, época na qual o sujeito, para sobrevi-
ver, precisa ocupar a posição de desejado pelo Outro. Para
tanto, busca a todo custo decifrar o que falta ao outro para
lhe oferecer, tentando conseguir uma adequação perfeita
com o seu próprio ser. Momento de alienação, de busca do
paraíso só encontrado nas alucinações, mas que também
não traduzem, na totalidade, a primeira vivência de satis-
fação. A impossibilidade estrutural de alcançar novamente
essa experiência inaugural deixará marcas na vida psíquica
e originará um trabalho, dando origem ao desejo em prol
do reencontro mítico com o objeto perdido.

No encontro amoroso, estaria presente uma reedição dessa
referência narcísica que solicita o que falta, em uma tenta-
tiva de acertar o alvo e encontrar o objeto. Ama-se o objeto
que traz a satisfação a ponto de querer incorporá-lo, como
ilustra a obra de Annie Ernaux (2003), “Paixão Simples”².
Vivendo sua vida à espera do amado, ela relata que graças a
ele se aproximou do limite que a separa do outro, a ponto de
às vezes imaginar que iria chegar do outro lado. A tentativa é
estancar o deslocamento metonímico do objeto do desejo e
encontrar o complemento: os dois em um só corpo, os dois
em uma só carne, estabelecendo a relação entre os dois se-
xos, como diz Lacan (1972-1973) no Seminário 20.

2 Passion Simple, Paris, Gallimard, 1991; Paixão Simples (no Brasil, tradução
de Marília Garcia para Fósforo. Editora, 2023). Um dos livros de Annie
Ernaux mais aclamados pela crítica e pelo público. Por meio de um relato
profundamente humano, a autora conta o desespero humano diante da
incompletude dos seres falantes.

Entretanto, como o objeto é metonímico, quando uma mudança no limiar qualitativo ou quantitativo de satisfação se produz, ele pode tornar-se fonte de desprazer, ser odiado ou substituído. Colonizado pela linguagem, o sujeito tenta articular o que falta no objeto com os significantes que ele obtém do campo do Outro. A demanda entra aí nessa busca de inserir na palavra o que ficou em suspenso na relação. Por isso, ela contém um endereçamento, um pedido de amor e reconhecimento, o apelo de receber seu complemento do Outro. Contudo, Lacan (1971-1972), no Seminário 19, lembra-nos de que a demanda se constitui em um circuito fadado ao fracasso, que não se fecha perfeitamente, porque o sujeito não sabe o que está pedindo naquilo que ele pede. A fala fracassa em designar o desejo: “Peço-te que recuses o que te ofereço porque não é isso” (LACAN, 1971-72, p. 79), isso Lacan apresenta como a demanda fundamental. O pedido é consciente, mas a demanda diz respeito a algo que não se sabe, porque adquire sobredeterminações por onde entra o inconsciente e o fantasma. O “não é isso” revela o desencontro entre o objeto disponibilizado e o objeto visado, falicizado, portador do desejo do desejo do Outro, objeto *a*. Daí a dialética entre a demanda e o desejo. E esse “não é isso” é o que será relançado em uma série de tentativas de acertos contratuais, e não será reduzido com as exigências feitas, na medida em que procura impor-se sem levar em conta nem a linguagem nem o inconsciente do outro/semelhante, exigindo ser reconhecido em absoluto por ele.

Diante da demanda relançada dos autores do processo, passo a um segundo ponto, especificamente quando o juiz, incorporando a lei, assina a sentença: “Não é a Lei em si que barra o acesso do sujeito ao gozo; ela apenas faz de uma barreira quase natural um sujeito barrado” (LACAN, 1960, p. 836)

Em “O mal-estar da civilização”, Freud (1930) fala da busca incessante dos homens pela felicidade e que um dos maiores entraves para conquistá-la seria as relações sociais. As pulsões buscam satisfazer-se no próximo e podem servir-se dele como objeto sexual, de sadismo, humilhação, exploração... O homem faz do outro um objeto, visando saciar seu gozo a despeito da lei. Para viver em sociedade, é preciso renunciar a uma parcela pulsional para que o caos não se instale. Ao mesmo tempo, a restrição da satisfação não ocorre sem consequências e conflitos para o próprio meio. Está aí colocado o impasse. Qual o quantum de satisfação que cada um consegue ou está disposto a renunciar para ser possível a convivência? Pergunta feita por Freud, cuja resposta ele apresenta como sendo a tarefa econômica de nossas vidas.

Sobre o processo de renúncia pulsional é importante lembrar o texto “Totem e tabu” que trata do início da organização social dos povos, da família e do pacto social. Nessa obra, Freud (1913) ressalta a importância da lei como origem da vida civilizada, desviando a satisfação pulsional apenas do sexo e da morte. A satisfação individual fica limitada pela justiça. A cada um haverá apenas uma parcela

de gozo para usufruir da vida e dos laços sociais; a todos, a castração. A ordem de direito não pode ser infringida em favor de um indivíduo ou um grupo, para ele não se tornar uma exceção, como o pai primevo, e voltar a exercer a violência bruta sobre os outros. É somente seguindo os trilhos da lei, e não a transgredindo, que o sujeito pode chegar a um gozo satisfatório e não nocivo, gozo fálico que resulta da sua codificação pelo significante e assume a sua significação fálica no Édipo, diz Patrick Valas (2001).

Instaurada a lei, sobrevive um resto de personalidade originária não domado pela cultura, que se torna, assim, a base da hostilidade cultural. A pulsão não será toda inserida em circuitos apaziguadores e sublimatórios. É assim que ainda em “Totem e tabu”, Freud (1913) ressalta que, mesmo após a instauração do totem, de tempos em tempos os clãs se permitiam dar vazão a toda a satisfação pulsional celebrando a refeição totêmica, sem culpa ou punição, repetindo e comemorando o ato criminoso, identificados com o gozo do pai originário. O desejo e o gozo se apresentam, portanto, confundidos no nível do chefe da horda. O chamado a um mais-de-gozar não cessa com a instauração da lei. O mesmo supereu que inaugura uma consciência moral e origina uma responsabilização institui um excesso, uma lei arbitrária, que leva à crueldade, ao masoquismo e ao mal-estar na cultura. Ou seja, o sujeito estará sempre dividido entre um gozo possível e outro que visa ao absoluto.

Terceiro ponto: “O gozo está vedado a quem fala como tal, ou ainda, que ele só pode ser dito nas entrelinhas” (LA-

CAN, 1960, p. 836). O Direito é útil? Questão levantada em uma das discussões do cartel em questão; para que serve o Direito, qual a sua utilidade como representante da lei, se ele não pode eliminar o gozo mortífero? Lacan (1972-1973), no Seminário 20, diz que existe o direito ao gozo, mas não o dever ao gozo e nada força ninguém a gozar, senão o superego. Se o gozo não serve para nada, se está além do princípio do prazer, que destino seria possível darmos a ele? Lacan (1972-1973) se refere à noção de usufruto na relação do Direito com o gozo, no sentido de não prejudicar o seu bom arranjo. Podemos gozar de nossos meios, mas sem abusar, não devemos enxovalhá-los, tal qual quando temos o usufruto de uma herança: podemos gozar dela, com a condição de não a gastar demais. É a essa correlação que o artigo 1.390 do Código Civil aponta, contendo em sua concepção os termos: limitado, dividido, temporário na concessão do direito de utilizar e desfrutar de um bem. E é nisso que Lacan coloca a essência do Direito, seja ela repartir, distribuir, retribuir o que diz respeito ao gozo. Mas cada um goza como quer, de forma singular. Há algo de inacessível no campo do gozo, impossível de regular.

À medida que Lacan avançou naquilo que se deve chamar de dimensões do gozo, as definições se multiplicaram dentro de uma gama de nuances que serão detalhadas ao longo de seu ensino. Porém, para a argumentação de hoje, a discussão nos leva a pensar que a lei ambiciona limitar o gozo, colocar referências de regulações para a humanidade poder sobreviver e fazer laços sociais.

A cada sujeito cabe dar um destino para o seu gozo; para a insistência pulsional advinda da incompletude que o constituiu, para o resto que a demanda não traduziu, para sua falta ou seu excesso, para o seu traumático, para o que se repete e resiste à renúncia – ao mais ainda do objeto *a*, para a origem da sua angústia. Aí onde o sujeito não comparece e fracassa na sua divisão e na sua condição de desejante. É tudo isso o que repercutirá na tensão de existir no interior do laço social e, também, nas soluções singulares que ele encontrará diante das separações e dos desencontros amorosos da vida.

Se a cada sujeito cabe dar um destino ao gozo que escapa da linguagem, cabe às instituições se abrirem ao novo gerado pela insistência pulsional humana que, não se conforma com a lei dos códigos civis e penais. A contemporaneidade lança novos desafios entre enlaçamentos e conflitos e, assim, sempre será. Cabe à ciência jurídica, a partir de uma leitura dinâmica da realidade de uma época, ir além do estabelecido em seus textos, propondo novas formas de baliçamento dos anseios humanos.

Patrick Valas (2001) diz que a Psicanálise se situa em um mundo entre o desejo e o gozo e é por esse viés que a existência humana assume o seu caráter de drama e que podemos conceber as noções de vida e de morte. Toda a força da vida está aí. Então, que em cada sujeito a força da vida prevaleça sobre a da morte e que o saber científico seja orientado pela subjetividade do sujeito e não pela sua deposição subjetiva.

Abstrat: Taking into account the conflicts generated in the judicial separation of couples, the text addresses how the discourse of legal science needs to open up to hear between the lines another discourse, that of the subject, established between demand, desire and jouissance.

Keywords: Need. Demand. Desire. Jouissance.

Referências:

BRASIL. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o *Código Civil*.

ERNAUX, Annie. *Paixão simples*. São Paulo: Fósforo, 2023.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização (1930). In: _____. *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 38-92. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 21).

FREUD, Sigmund. Totem e tabu (1912-1913). In: _____. *Totem e tatu e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p.13-193. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 13).

LACAN, Jacques *O Seminário, livro 20: mais, ainda* (1972-1973). Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 19:... ou pior* (1971-1972). Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

LACAN, Jacques. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano (1960). In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

VALAS, Patrick. *As dimensões do gozo: do mito da pulsão à deriva do gozo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Obras consultadas:

LAPLANCHE, Jean. PONTALIS, Jean-Bertrand. *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda., 1988.

NASIO, Juan-David. *Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Época de guarda compartilhada

Viviane de Campos Moreira¹

“Zeus poderoso! Que fazes de mim agora?”

(Édipo)

SÓFOCLES, *Édipo rei*.

Resumo: Este artigo, com diálogo entre o Direito, a Arte e a Psicanálise, propõe-se a uma reflexão sobre a guarda compartilhada, sem prescindir da parentalidade, a partir das transformações do modelo de família nuclear. No Direito de Família brasileiro, a criança e o adolescente têm o direito à convivência familiar com ambos os pais e com a família extensa, assegurado pela Constituição da República de 1988, no artigo 227. Por sua vez, a guarda dos filhos deve atender ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, cujo conceito é aberto. Faz-se necessária uma abordagem interdisciplinar, sobretudo com a Psicanálise, que formula os conceitos de parentalidade, função materna, função paterna e complexo de Édipo – processo estruturante que está para todas as crianças de todas as famílias, pois nele a criança se constitui sujeito desejante, embora o Édipo seja diferente para meninas e para meninos na teoria freudiana.

1 Advogada. Pós-graduada em Direito de Família e Sucessões. Participante do Cartel de Psicanálise e Direito da ATO – escola de psicanálise, em Belo Horizonte.

Palavras-chave: Guarda compartilhada. Parentalidade. Função materna. Função paterna. Complexo de Édipo.

O Direito, a Arte e a Psicanálise se enlaçam em torno do sujeito, e os fios de linguagem dos três campos entrelaçam as narrativas do sujeito no seu cotidiano, no teatro, no divã, no processo.

No teatro, em “Édipo rei” (SÓFOCLES, 1998), os Labdácidas são uma família condenada por uma maldição encarnada no filho, como uma forma de punição a uma conduta reprovável do pai. Quando o bebê nasce, os pais – Laio e Jocasta – tentam se livrar dele, então Édipo é adotado pelo rei de Corinto, Pôlibo, e por Mérope. Adulto, Édipo tenta se livrar da maldição, mas não escapa do seu destino.

Na teoria freudiana, Édipo nomeia um complexo de estruturação psíquica da criança que envolve amor, desejo e gozo nas suas relações com o pai e a mãe. Está na origem da lei inscrita, ou da Lei simbólica, ou da Lei primordial, que funda todas as leis, e equivale à Lei da interdição do incesto, segundo Teresinha Costa (2010). Em uma leitura do complexo de Édipo, Lacan (1938), a partir da própria estrutura edípiana em que ao pai é designada uma função, formulou a função paterna, em que o pai dá o seu nome e encarna a Lei, e, assim, introduz um limite para o filho e para a mãe, barrando o gozo incestuoso. Os efeitos do Nome-do-Pai são produzidos no inconsciente, possibilitando à criança sua passagem para o desejo. Todavia, para Lacan (1938), como observa Teresinha Costa (2010), esse pai não

é propriamente o pai biológico ou socioafetivo, mas uma entidade simbólica, cuja autoridade precisa ser reconhecida pela mãe, isto é, a mãe precisa dar importância à sua palavra, pois se trata de um significante.

Além disso, na teoria freudiana, o Édipo da menina é diferente do Édipo do menino. Malvine Zalcberg (2007), baseada na teoria lacaniana, aponta essa diferença, ressaltando que, para a menina, há um resto de não identificação. Em decorrência disso, a menina precisa inventar uma identidade feminina. Pode ser que a menina se volte para a mãe em busca de respostas para o que é ser mulher; contudo, essa volta pode aumentar o poder da mãe sobre ela, dificultando a entrada do desejo na sua vida mais inclinada para a demanda de amor. A autora observa que a devastação, expressão lacaniana, pode ocorrer quando o pai não traz um limite na relação mãe e filha, e esta fica submetida ao desejo e ao gozo da mãe. Em outra obra, a mesma autora destaca que, para Lacan: “o desejo não é nem o apetite de satisfação nem a demanda de amor [...]” (LACAN, 1958, p. 698² apud ZALCBERG, 2003, p. 71).

No texto “Sobre a sexualidade feminina”, Freud (1931) menciona uma fase de ligação intensa da menina com a mãe; já no texto “A feminilidade”, de 1933, afirma que cabe à Psicanálise pesquisar como a menina se torna mulher e que não se pode entender a mulher sem considerar a fase da ligação pré-edípica com a mãe, que pode deixar fixações

2 LACAN, Jacques. A significação do falo. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998 (texto original de 1958).

duradouras. Observa que o desdobramento da feminilidade não está livre³ de regressões às fixações dessa fase e que a mulher teria mais necessidade de ser amada do que de amar.

De volta ao teatro, na tragédia de Sófocles, há o sujeito do inconsciente⁴ detrás dos atos praticados pelo sujeito de direito, pois Édipo não sabia que tinha matado o pai e dormido com a mãe. Há o sujeito de direito que é sujeito do inconsciente, é sujeito desejante, é sujeito de linguagem e tem um corpo. Pela Psicanálise, segundo Luciano Elia (2004), ninguém nasce sujeito, mas, em um processo, constitui-se sujeito. Para sobreviver e se constituir sujeito,

3 As fronteiras entre arte e vida ora se confundem, ora se dissolvem, sobretudo na Arte da nossa época. Nas artes visuais, as artistas Louise Bourgeois, Marina Abramović, Chantal Akerman, Yayoi Kusama, por exemplo, criaram obras a partir de traumas e danos emocionais gerados no romance familiar de cada uma. Louise Bourgeois se dedicava também ao estudo da Psicanálise, e a obra “Destrução do pai”, de 1974, foi para ela um exorcismo. Para Chantal Akerman, a mãe estava no coração da sua obra. Marina Abramović foi construindo um corpo forte nas performances e diz que, depois de um tempo, se curou de danos emocionais. Yayoi Kusama descobriu a arte como um caminho que lhe permite viver e produz desde criança. Sobre a instalação “Destrução do pai”, de Louise Bourgeois, ver o comentário de Philippe Vergne (Diretor do Museu de Serralves) no vídeo da Fundação Serralves – Museu de Arte Contemporânea (Porto/Portugal). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Jht9L-S7c2k>. Acesso em: 15 jun. 2024.

4 No teatro, há a divisão do herói trágico. Marco Antonio Coutinho Jorge aponta o sujeito de direito e sua responsabilidade pelos próprios atos e a metáfora do inconsciente na tragédia grega: “os deuses e os oráculos constituem [...] uma primeira metáfora do inconsciente, daquilo que age nos sujeitos como uma determinação que lhes escapa e em oposição ao lugar de agente das suas ações, que lhes é outorgada pelo direito. Com o inconsciente, o herói trágico encontra-se dividido entre o agente da ação e o juguete dos deuses.” (JORGE, 2010, p. 186-187)

o bebê precisa de um lugar no desejo dos pais, precisa que suas necessidades sejam interpretadas e atendidas, pois nasce totalmente dependente dos cuidados de um adulto. A articulação entre o corpo do bebê e a palavra é realizada por quem se encarrega dos cuidados, em geral a mãe, que atende às suas necessidades, através da linguagem, segundo Elia (2004). Na teoria lacaniana, a função materna é formulada como uma função em que se opera a transmissão da linguagem. Por ser uma função, pode ser exercida – por exemplo, pelo pai solo – por alguém que não seja a mãe biológica ou socioafetiva. Por sua vez, a experiência das trocas de cuidado entre os corpos deixa marcas no inconsciente e no corpinho da criança, com as quais o corpo começa a se construir. Teresinha Costa (2010), baseada na teoria freudiana, observa que a criança tem um corpo pulsional e é introduzida na sexualidade a partir desse contato, ou seja, a sexualidade entra em cena muito cedo.

Interessa ao Direito de Família o processo de constituição do sujeito. Para o jurista Rodrigo da Cunha Pereira (2021), “o sujeito de direito é um sujeito de desejo, e é esse sujeito desejante que tece as tramas do Direito de Família” (PEREIRA, 2021, p. 64), campo do Direito que compreende a maternidade e a paternidade como funções exercidas e se move para dar proteção às famílias, atento aos discursos que, de algum modo, expressam o mal-estar, a moral sexual e o retrocesso.

Na nossa época, o genitor pode não ser o pai, a mãe pode não ser a que gesta, a criança pode ter dois pais, duas mães,

um pai e duas mães, uma mãe e dois pais, duas mães e dois pais. No texto “Sobre as origens: muito além da mãe”, Vera Iaconelli (2020) observa que, nos anos 1960, a parentalidade tinha como paradigma a relação mãe e bebê, em um vínculo de parentesco de origem biológica, mas, nos anos 2000, o paradigma foi abalado por questões de gênero, racialidade, vulnerabilidade social e pela cultura. Assim, as transformações da família e a interferência da ciência na reprodução humana refletiram nos vínculos de parentesco.

Nos anos 1960, na Psicanálise, surgiu a expressão *parentalidade*, assimilada pelo Direito. No texto “Primeiros tempos da parentalidade”, a psicanalista Thais Garrafa (2020) ressalta que a parentalidade implica trabalho psíquico para se tornar pai e se tornar mãe e um ato dos pais que, a partir do desejo, insere o filho em uma família e no sistema de famílias. No Direito de Família, a parentalidade é norteada pelo princípio da responsabilidade, que vale como regra jurídica⁵ entre pais e filhos. No final dos anos 1980, a Constituição da República ampliou a definição de família,⁶ consagrou os princípios da igualdade entre os pais, da

5 Os pais, em relação aos filhos, têm obrigações jurídicas quanto ao sustento, à educação, à criação, ao cuidado, à afetividade, e, quando não as cumprem, podem ser responsabilizados com aplicação de sanções. Alguns deveres dos pais estão previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90) nos artigos 22 e 33; no Código Civil, no artigo 1.634, com redação dada pela Lei da Guarda Compartilhada (Lei n. 13.058/2014); e na Constituição da República de 1988 no artigo 229.

6 A definição de família foi ampliada pela Constituição da República de 1988 (art. 226), e, pela hermenêutica, as formas de família não se restringem às exemplificadas nos parágrafos 3º e 4º do referido artigo. Sobre os princípios, ver o que dispõem os artigos 226 e 227.

igualdade entre os filhos, da paternidade responsável, do melhor interesse da criança e do adolescente. Reconheceu o direito do menor à convivência familiar,⁷ isto é, com o pai e com a mãe e com as famílias de cada um. A expressão “convivência” não significa visita, mas a ressignifica, e a ressignificação reflete na guarda dos filhos – que modalidade de guarda possibilita uma divisão equilibrada do tempo de convívio do menor com ambos os pais?

No mundo, a guarda compartilhada foi desejada por pais e filhos. Segundo Waldyr Grisard Filho (2016), ela surgiu a partir do desejo dos pais de compartilhar a criação e a educação dos filhos e do desejo dos filhos de manter um vínculo de convivência mais adequado com os pais. Foi introduzida pela Lei n. 11.698/2008 como uma guarda que possibilita a ampliação da convivência familiar. Depois, com a Lei n. 13.058/2014, tornou-se regra a ser aplicada mesmo quando houver litígio entre os pais. A Lei n. 14.713/2023 acrescentou uma exceção à aplicação da guarda compartilhada nas situações em que houver elementos que evidenciem risco de violência doméstica ou familiar.

Na Lei n. 13.058/2014,⁸ o legislador presumiu que a guarda compartilhada atende ao melhor interesse da criança e

7 Ao direito à convivência familiar da criança e do adolescente corresponde um dever dos pais, e não somente deles, mas também da sociedade e do Estado. Ver o que dispõem o artigo 227 da Constituição da República de 1988 e o artigo 4º do ECA (Lei n. 8.069/1980).

8 Antes da Lei n. 11.698/2008, era possível estabelecer uma divisão mais igualitária das responsabilidades parentais, em decorrência dos direitos e dos deveres do poder familiar (ou da autoridade parental), como dispõe

do adolescente, princípio que, segundo Paulo Lôbo (2020), deve ser considerado como norma nas relações do menor com os pais, com a família, com a sociedade e com o Estado e deve servir de regra de interpretação; na hipótese de conflitos entre direitos, deve-se buscar uma solução a partir dele. Para Rolf e Rafael Madaleno (2019), a guarda compartilhada se enquadra no conceito do melhor interesse do menor porque realiza o seu direito de ser atendido pelo pai e pela mãe. Maria Berenice Dias (2021), a partir de Sílvio Baptista (2008), ressalta que “os fundamentos da guarda compartilhada são de ordem constitucional e psicológica, visando basicamente garantir o interesse dos filhos” (BAPTISTA, 2008, p. 35 apud DIAS, 2021, p. 384). Sendo assim, o compartilhamento da guarda possibilita aos pais, no cotidiano, o exercício do dever de cuidado e o cumprimento das responsabilidades parentais de uma forma mais igualitária e, de acordo com Rodrigo da Cunha Pereira (2021), pode funcionar como um mecanismo de quebra de poder estabelecido na guarda unilateral.

Ainda que implique uma mudança de mentalidade, não poderia a guarda compartilhada ser vista como uma contribuição do Direito de Família ao processo de constituição do sujeito desejanste, que é sujeito de direito, e, pela Psicanáli-

o artigo 1.632 do Código Civil (2002). A partir da Lei de 2008, segundo pesquisas com base em estatísticas, não houve adesão expressiva ao compartilhamento da guarda. A Lei n. 13.058/2014 tornou a guarda compartilhada obrigatória, uma vez que atende, por presunção do legislador, ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, cujo conceito não é definido; sua definição deve ser buscada diante do caso concreto, isto é, a definição do melhor interesse da criança e do adolescente se faz em cada caso.

se, não nasce sujeito? Na Justiça, processos com questões relacionadas com a guarda de filhos em que as decisões devem atender ao melhor interesse da criança e do adolescente não prescindem da interdisciplinaridade, de equipe multidisciplinar, de escuta técnica, em cada caso, pois cada família é uma.

Abstract: Intertwining concepts from Law, Art and Psychoanalysis, this paper reflects on joint custody without relinquishing parenting, based on transformations to the nuclear family model. In Brazilian Family Law, the child has the right guaranteed by the 1988 Federal Constitution to ample familial coexistence with both parents and the extended family. In addition, the custody must safeguard the best interest of the child, the concept of which is undefined. It is necessary to adopt an interdisciplinary approach, especially that of Psychoanalysis, which formulates the concepts of parenting, maternal function, paternal function and Oedipus complex – a structuring process that encompasses all children from all families, because therein the child becomes a desiring subject, although Oedipus be different for girls and boys according to the Freudian theory.

Keywords: Joint custody. Parenting. Maternal function. Paternal function. Oedipus complex.

Referências

COSTA, Teresinha. *Édipo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 14. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

ELIA, Luciano. *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FREUD, Sigmund. A feminilidade. In: _____. *Amor, sexualidade, feminilidade*. Trad. Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 313-345. (Texto original de 1933)

FREUD, Sigmund. Sobre a sexualidade feminina. In: _____. *Amor, sexualidade, feminilidade*. Trad. Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 285-311. (Texto original de 1931)

GARRAFA, Thais. Primeiros tempos da parentalidade. In: TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera (orgs.). *Parentalidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 55-69. (Coleção Parentalidade & Psicanálise).

GRISARD FILHO, Waldyr. *Guarda compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parental*. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

IACONELLI, Vera. Sobre as origens: muito além da mãe. In: TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera (orgs.). *Parentalidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 11-20. (Coleção Parentalidade & Psicanálise).

JORGE, Marco Antonio Coutinho. *Fundamentos da psicanálise, de Freud a Lacan: a clínica da fantasia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LACAN, Jacques. *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia*. Trad. Marco Antonio Coutinho Jorge, Potiguara Mendes da Silveira Júnior. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. (Texto original de 1938)

LÔBO, Paulo. *Direito civil: famílias*. 10. ed. v. 5. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

MADALENO, Rafael; MADALENO, Rolf. *Guarda compartilhada: física e jurídica*. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Direito das famílias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

SÓFOCLES. *A trilogia tebana*. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ZALCBERG, Malvine. *A relação mãe e filha*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

ZALCBERG, Malvine. *Amor paixão feminina*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

A relação amorosa no contexto do rompimento matrimonial: estudo a partir da obra “O mal-estar na cultura”, de Sigmund Freud

Carolina Zeferino Bassi¹

Resumo: Esta produção tem como propósito fazer algumas articulações entre o pensamento freudiano, no que se refere às relações amorosas e familiares, e um caso de rompimento matrimonial trabalhado no âmbito da advocacia familiar e no cartel “Psicanálise e o Direito de Família”, dispositivo desenvolvido na ATO – escola de psicanálise. Freud considera que o sofrimento que provém das relações com outros seres humanos é, provavelmente, mais doloroso do que qualquer outro. A partir dessa afirmação, abre-se importante fonte de investigação a respeito das relações familiares e dos mecanismos psíquicos ativados nas rupturas amorosas, assim como das derivações culturais envolvidas nos imbróglis amorosos, vez que, segundo Freud (1930), “de um lado, o amor opõe-se aos interesses da cultura, e de outro, a cultura ameaça o amor com sensíveis restrições.” (FREUD, 1930, p. 353).

1 Há 10 (dez) anos atua como advogada nas áreas de Direito de Família e Sucessões. Psicanalista em formação.

Palavras-chave: Amor. Psicanálise. Direito de Família. Cultura.

No contexto dos “Estudos sobre Histeria”, Freud (1950 [1895]/2006) construiu, como postulado fundamental da teoria psicanalítica, a concepção de que o Eu deriva da percepção, na primeira infância, da existência de um objeto, em que a criança toma como algo que se encontra do lado de fora. A partir de sensações de desprazer, é movido, pelo princípio do prazer, a atuar pelo aparecimento daquilo que lhe devolverá ao estado de integralidade. O Eu se separa, então, do mundo exterior.

Esse traço mnêmico permanece, orientando o mecanismo psíquico por toda a jornada anímica, de forma a evitar ao máximo sensações de desprazer. O sujeito está irremediavelmente marcado pela falta de um objeto externo, supostamente capaz de lhe devolver o sentimento de prazer e, quiçá, a completude de seu ser.

Ansiando por felicidade, o ser humano faz de sua existência uma saga em busca do objeto perdido, meta descrita por Freud (1930) como “absolutamente irrealizável” (FREUD, 1930, p. 320).

Em “O Mal-Estar na Cultura”, Freud (1930) elabora que:

[...] nossas possibilidades de felicidade já estão limitadas pela nossa constituição. Há dificuldades muito menores para experimentar a infelicidade. O sofrimento ameaça a partir de três lados: do próprio corpo, que, destinado à decadência e à dissolução, não pode nem mesmo prescindir da

dor e do medo como sinais de alarme; do mundo exterior, que pode voltar sua raiva contra nós com forças desconhecidas, implacáveis e destrutivas; e, finalmente, das relações com outros seres humanos. O sofrimento que provém desta fonte, talvez o sintamos de maneira mais dolorosa do que qualquer outro. (FREUD, 1930, p. 321).

Para lidar com tal sofrimento, o psiquismo é capaz de produzir diversos mecanismos. Para os fins que nos interessam, vamos nos ater àquele com o qual, na máxima tentativa de escape do mundo exterior, buscamos a satisfação nos processos psíquicos internos: o campo da fantasia.

O conceito da fantasia, de primordial importância no escopo da teoria psicanalítica, começou a ser construído por Freud em seus primeiros trabalhos, quando, no tratamento das histéricas, deparou-se com uma realidade que não pode ser considerada fática, mas sim psíquica. Embora ele mesmo relate ter, a princípio, se enganado, tomando como fatuais as cenas de sedução relatadas, nas quais suas pacientes se apresentavam como forçosamente submetidas ao desejo do Outro, ele localizou a criação de um sujeito, que traumatiza e faz sintoma.

Os relatos dessas cenas não foram tomados por Freud como inverdades, mas como ficções estruturantes à verdade subjetiva das narradoras. Em estado de enamoramento, o sujeito fantasia com o objeto de amor escolhido. Desloca a satisfação para processos psíquicos internos, servindo-se, para isso, da capacidade de deslocamento da libido, mas não foge ao mundo exterior (como em estado tipicamente alucinatório), ao contrário, agarra-se a um único obje-

to, “na expectativa de que toda satisfação venha do fato de amar e ser amado” (FREUD, 1930, p. 328).

Em se considerando a atemporalidade do inconsciente, nada mais previsível do que insistirmos em buscar a satisfação do modo em que primeiramente ela se apresentou.

Ocorre que essa operação se mostra, quase que invariavelmente, desastrosa, na concepção de Freud em 1930:

Toda decisão extrema é punida por expor o indivíduo aos perigos que a insuficiência da técnica de vida escolhida de modo exclusivo traz consigo. Talvez também a sabedoria da vida aconselhe a não esperar toda a satisfação de uma única aspiração. (FREUD, 1930, p. 331).

A Freud (1930) pareceu que o apaixonamento leva a um direcionamento libidinal desfavorável, tendo afirmado que “[...] nunca estamos tão desprotegidos contra o sofrimento do que quando amamos, nunca mais desamparadamente infelizes do que quando perdemos o objeto amado ou o seu amor.” (FREUD, 1930, p. 329).

Em escritório de advocacia familiar, relatando situação que culminou em rompimento conjugal, M. relatou: *tudo começou quando F. saiu, dizendo que ia para a casa da mãe e, em seguida, uma amiga me mandou uma foto dele, com outra mulher. Me deixou em casa com um bebê no colo. Parece que não conheço o homem com quem me casei.*

Esse acontecimento marcou para M., pois trouxe o início de um processo de devastação. M. passou a rejeitar a filha,

em doloroso luto. Tornou-se impossível ignorar o mal-estar e ela se deparou com o Real da estranheza.

Em “Totem e tabu”, Freud (1912-1914/2012) rememora que o Tabu foi o primeiro “direito”. Limitando o poder irrestrito do pai, os irmãos o mataram e passaram a impor limites uns aos outros: o objeto sexual de cada um não seria partilhado. Assim, tornou-se possível que uma maior comunidade de seres humanos pudesse viver em harmonia. Nasce a instituição familiar.

Em contraponto, Freud destaca que, desde então, tornamo-nos dependentes do objeto de amor escolhido, expondo-nos “ao maior dos sofrimentos, caso fôssemos por ele desdenhados, ou o perdêssemos por infidelidade ou por morte” (FREUD, 1930, p. 351).

A posição de F., ex-cônjuge de M., parece estar retratada no excerto em que Freud (1930) propõe que “o trabalho psicanalítico nos ensinou que justamente esses impedimentos sexuais não são tolerados pelos assim chamados neuróticos” (FREUD, 1930, p. 358).

Eis uma das contradições sociais que vivenciamos, que relete um aspecto do mal-estar na civilização: “De um lado, o amor opõe-se aos interesses da cultura, e de outro, a cultura ameaça o amor com sensíveis restrições” (FREUD, 1930, p. 353). Freud (1930) não propõe uma solução, apenas observa que:

[...] o amor genital leva a novas formações de família, o amor inibido quanto à meta leva à amizades que se tornam cul-

turalmente importantes, porque elas escapam a muitas das limitações do amor genital, por exemplo, à sua exclusividade (FREUD, 1930, p. 353).

Para F., sobrepôs-se a liberdade sexual. A M., restou profundo sofrimento, ao ver perdido o objeto amado.

A ambos, restou a pergunta feita por Freud a Dora “qual é a sua parte nessa história?”. Talvez, a partir daí, possam, cada um a seu modo, encontrar uma maneira particular de sustentarem seu desejo. Em Freud (1930), “tudo irá depender de quanta satisfação real ele (sujeito) pode esperar do mundo exterior e até que ponto ele age para se tornar independente dele; e também, por fim, de quanta força ele acredita dispor, para modificá-lo de acordo com seus desejos” (FREUD, 1930, p. 330).

Abstract: This article aims to make some connections between freudian thought, in relation to loving and family relationships, and a case of marital breakdown worked within the scope of family law and in the cartel “Psychoanalysis and family law”, a device developed in ATO – escola de psicanálise. Freud considers, regarding relationships with other human beings, “suffering (when comes from this source), is perhaps the one we feel in a more painful way than any other” (FREUD, 1930, p. 321). From this statement, an important source of investigation opens up regarding family relationships and psychic mechanisms activated in romantic ruptures, as well as the cultural derivations involved in romantic imbroglios, since, according to Freud, “On the one hand, love opposes whether to the interests of

culture, and of others, culture threatens love with sensitive restrictions” (FREUD, 1930, p. 353).

Key-words: Love. Psychoanalysis. Law. Family. Culture.

Referências

FREUD, Sigmund. *Estudos sobre a histeria* (1950 [1895]). Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 2).

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura e outros escritos sobre cultura, sociedade, religião*. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Revisão de Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FREUD, Sigmund. *Projeto para uma psicologia científica* (1950 [1895]). Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 1)

FREUD, Sigmund. *Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Normas de publicação



Normas de Publicação

As normas de publicação dos artigos da Revista da ATO deverão estar de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), obedecendo à seguinte estrutura:

Digitação do texto

Fonte Arial, corpo 12; espaçamento entrelinhas 1,5; parágrafo moderno (adota margem esquerda para todo o texto, exceto título e nome do autor); texto justificado; parágrafos duplos entre eles; margem esquerda e superior de 3 cm e margem direita e inferior de 2 cm (anverso).

Grafar entre aspas simples: uma citação dentro de outra que está entre aspas duplas.

Grafar entre aspas duplas: títulos de livros, artigos, ensaios, filmes, obras artísticas e literárias, palavras de realce, palavras em tom de ironia, títulos de conferências, de jornadas, neologismos etc.

Grafar em itálico: palavras estrangeiras, diálogos, falas e pensamentos de analista/paciente.

Notas de rodapé: grafar na fonte Arial, corpo 10.

Evitar, quando possível, a inserção no texto do “entre parênteses” em orações ou expressões intercaladas e explicativas. Dar preferência ao “travessão”, que é um hífen prolongado, propiciando mais leveza e clareza ao texto.

Padronização na configuração de inserções de poemas, músicas e citações em epígrafes:

1 – Poema ou trecho de poema, trecho de texto literário ou ensaio que estão no início do artigo (à direita), logo após o nome do autor do artigo – em itálico, corpo 10.

2 – Poema ou trecho de poema, trecho de texto literário ou ensaio no corpo do texto do artigo – em itálico, corpo 12.

3 – Trecho de música no início do artigo (depois do nome do autor ou, no máximo, depois de palavras-chave) – em itálico, corpo 10.

4 – Trecho de música no corpo do texto – em itálico, corpo 12.

5 – Epígrafe, mote, citação curta de obra/autor no início do artigo (depois do nome do autor ou no máximo depois de palavras-chave) – em redondo (normal), corpo 10, entre aspas.

Citações

1 – Citação direta e curta

As **citações diretas e curtas** (até três linhas) – que se referem à transcrição literal de textos de outros autores – são inseridas no texto entre aspas duplas, e, logo após, deverão ser informados, dentro de parênteses, o sobrenome do autor em caixa alta, a data de publicação da obra e o número da página. Nas obras de Freud e Lacan, colocar sempre a data de publicação do original.

Exemplo 1:

“É isso que faz a hiância entre a constituição do objeto pri-

vilegiado que surge na fantasia e toda espécie de objeto do mundo dito socializado, do mundo da conformidade” (LACAN, 1961, p. 240).

Exemplo 2:

No texto “O estranho”, de 1919, Freud dirá que “o estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar.” (FREUD, 1919, p. 238).

Uma **citação dentro de outra citação direta** é indicada por aspas simples.

Exemplo: “Aqui, não se trata do saber inconsciente, mas de um tipo de ‘saber fazer’ que o escravo adquire com seu trabalho” (SOUZA, 2003, p. 110).

2 – Citação direta e longa

As **citações diretas e longas** (mais de três linhas) devem constituir um parágrafo independente, recuado 4 cm da margem esquerda, com corpo 10 e espaçamento 1 entrelinhas, dispensando as aspas. Exemplo:

Esse objeto paradoxal, único, especificado, que chamamos objeto *a* – retomá-lo seria repisá-lo. Mas eu o presentifico para vocês de modo mais sincopado, sublinhando que o analisando diz em suma a seu parceiro, ao analista – Eu te amo, mas, porque inexplicavelmente amo em ti algo que é mais do que tu – o objeto *a* minúsculo, eu te mutilo (LACAN, 1964, p. 254).

3 – Citação indireta

As **citações indiretas** (livre) – que ocorrem quando se re-produzem ideias e informações do documento, sem, entretanto, transcrever as próprias palavras do autor – deverão ser sem aspas, informando o nome do autor em caixa-alta e baixa, por fora dos parênteses e, em seguida, dentro dos parênteses, somente o ano de publicação.

Exemplo: Começo com uma contribuição de Lacan (1948) em sua quinta tese sobre a agressividade; tese que é uma tentativa de revelar o papel da agressividade na neurose moderna e no mal-estar da civilização.

A referência de **citação indireta** pode ocorrer também no **final da frase**, para evitar interrupção na sequência do texto. A referência é inserida entre parênteses, constando o sobrenome do autor em caixa-alta e o ano de publicação.

Exemplo: Conforme Juan Carlos Cosentino, trata-se de uma satisfação que quase sempre prescinde do objeto, que abandona o vínculo com a realidade exterior, em consequência de um estranhamento com relação ao princípio de realidade e um retorno ao princípio de prazer (COSENTINO, 1992).

4 – Citação de citação

A **citação de citação** consiste de informação retirada de um documento consultado, ao qual não se teve acesso à fonte original da citação, mas por meio de outro trabalho que já continha essa citação transcrita. Logo após a citação,

deverão ser informados, dentro de parênteses, o sobrenome do autor do documento não consultado (fonte original), data de publicação, página (caso seja citado o número da página na fonte original), seguido da expressão apud (citado por), o sobrenome do autor do documento efetivamente consultado, ano de publicação e número da página.

Exemplos:

1. Nesse ensaio, Freud surpreende-se com a observação de Schelling que diz que: “*unheimlich* seria tudo o que deveria ter permanecido secreto e oculto, mas veio à luz.” (SCHELLING, 1857, p. 649 apud FREUD, 1919, p. 282).

Esta forma indica que a citação é de Schelling (presente em sua publicação não consultada de 1857, na página 649), mas foi citada (*apud*) no artigo de Freud (publicado originalmente em 1919, na página 282 de edição mais recente), artigo este consultado pelo autor do trabalho, em edição mais recente.

2. Segundo Brandão (1992, p. 21 apud MESQUITA, 1994, p. 6) “[...] Nem sempre se observa a convergência dos objetivos das políticas econômicas.”

Esta forma indica que o trecho citado é de Brandão (1992, p. 21), mas foi lido no trabalho de Mesquita (1994, p. 6), que fez a citação do trabalho de Brandão.

Para a **citação de citação**, os dados do documento original, não consultado, devem vir em nota de rodapé. Já na listagem de referência, no final do trabalho, devem-se incluir os dados completos da obra efetivamente consultada.

Notas de rodapé

Devem ser evitadas, nas normas da Revista da ATO, as notas de referências em rodapé (salvo o documento original, não consultado, da citação de citação). Somente serão inseridas as notas explicativas (referem-se a comentários e/ou observações pessoais do autor). Para fazer a chamada usam-se algarismos arábicos, na entrelinha superior, sem parênteses, após a pontuação da frase (se houver), com numeração consecutiva, evitando-se recomeçar a numeração a cada página. **Para inserir nota de rodapé, ir em “Referências” e, em seguida, clicar em “Inserir Nota de Rodapé”.**

Elementos pré-textuais

Título: grafado em negrito, fonte Arial, corpo 12.

Nome do autor: colocado abaixo do título do artigo, em negrito, fonte Arial, corpo 12, acrescido de nota de rodapé com algarismo arábico.

Resumo: localizado logo após o nome do autor, não deve exceder a 250 (duzentos e cinquenta) palavras.

Palavras-chave: localizadas logo abaixo do resumo, são **separadas entre si por ponto final.**

Elementos textuais

Desenvolvimento do tema com inserção de citações por meio de consulta da literatura com o propósito de esclare-

cer ou complementar as ideias do autor do artigo. A fonte de onde foi extraída a informação deve ser citada obrigatoriamente, respeitando desta forma os direitos autorais.

Elementos pós-textuais

Resumo em língua estrangeira: Abstract, Résumé, Resumen.

Palavras-chave em língua estrangeira: Keywords, Mots-clés, Palabras clave.

Referências

As referências são digitadas na margem esquerda, usando-se espaço simples entrelinhas e dois espaços simples para separar as referências entre si. Adotar o sistema alfabético (ordem alfabética de entrada) para a ordenação das referências.

1 – Livros

1.1 Para obras de Freud (o livro no todo):

FREUD, Sigmund. *Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18).

1.2 Para obras de Lacan (o livro no todo):

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise (1959-1960)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

1.3 Para livros em geral:

SOBRENOME, Nome (do autor). *Título do livro*. Edição (a partir da 2ª edição). Local (cidade): Editora, ano.

CATÃO, Inês. *O bebê nasce pela boca: voz, sujeito e clínica do autismo*. São Paulo: Instituto Langage, 2009.

2 - Capítulo de livro

SOBRENOME, Nome (do autor do capítulo). Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (do autor, organizador, editor, etc. do livro). *Título do livro*: subtítulo (se houver). Edição (a partir da 2ª edição). Local (cidade): Editora, ano. volume (v.), capítulo (cap.), páginas (p.) inicial-final.

2.1 Capítulo de livro para livros em geral:

MELGAÇO, Rosely Gazire. E sobre o pai? In: OLIVEIRA, Erika Palato; COHEN, David (org.). *O bebê e o outro: seu entorno e suas interações*. São Paulo: Instituto Langage, 2017. v. 1, p. 47-66.

2.2 Capítulo de livro na obra de Lacan:

LACAN, Jacques. O aturdido (1972). In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 448-497.

2.3 Capítulo de livro na obra de Freud:

FREUD, Sigmund. Além do princípio de prazer (1920). In: _____. *Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 17-85.

(Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18).

3 - Teses, dissertações, monografias e outros trabalhos acadêmicos:

SOBRENOME, Nome. *Título*: subtítulo. Ano (de apresentação). Número de folhas/páginas ou volumes. Tipo de trabalho (categoria e área de concentração) – Nome da Faculdade, Nome da Universidade, Cidade, Ano (de defesa).

Obs.: Se estiver em formato eletrônico, acrescenta-se, ao final: Disponível em: <www. ...>. Acesso em: dia, mês (abreviado conforme a ABNT) e ano.

(Exemplo fictício)

SILVA, João. *Pontuação*: o jogo da construção de sentido. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

4 – Trabalhos publicados em anais de congressos e eventos congêneres:

SOBRENOME, Nome. Título do trabalho: subtítulo. In: NOME DO CONGRESSO, número (do congresso), ano, Local de realização (Cidade). *Título da publicação* (Anais..., Atas...). Local de publicação (Cidade): Editora, ano. páginas (p.) inicial-final do trabalho.

Obs.: Se estiver em formato eletrônico, acrescenta-se ao final: Disponível em: <www. ...>. Acesso em: dia, mês (abreviado conforme a ABNT) e ano.

(Exemplo fictício)

PLISS, Nonna. Comunicação organizacional hoje: nada será como antes. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 3., 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba: UEPR, 2009, p. 144-157.

5 – Artigos científicos de revistas:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *Nome do periódico*, Cidade, volume (se houver), ano (ano III), número (da edição da revista), página inicial-final (do artigo), mês (ou meses, ou indicação de semestre – se houver) ano (de publicação).

Obs.: Se estiver em formato eletrônico, acrescenta-se, ao final: Disponível em: <www. ...>. Acesso em: dia, mês (abreviado conforme a ABNT) e ano.

NASCIMENTO, Maria Aparecida Oliveira. O desejo do analista como operador lógico e o espaço de ex-sistência. *Revista on-line da ATO – escola de psicanálise*, Belo Horizonte, ano III, n. 2, p. 69-74, 2016. Disponível em: <http://www.atoescoladepsicanalise.com.br/revista_ato/ano3_n2/#p=68>. Acesso em: 20 mar. 2016.

6 – Artigos de jornal:

SOBRENOME, Nome (do autor do artigo). Título do artigo. *Título do jornal*, Local (cidade), dia, mês (abreviado conforme a ABNT) e ano. Número ou título do caderno, seção ou suplemento, páginas inicial-final (do artigo).

Obs.: Se estiver em formato eletrônico, acrescenta-se, ao final: Disponível em: <www. ...>. Acesso em: dia, mês (abreviado conforme a ABNT) e ano.

(Exemplo fictício)

TEZZI, Manir. Novos ventos na economia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 set. 2011. Economia e negócios, p. 15-17.

7 – Autores citados em anotações pessoais:

ANOTAÇÕES do *Seminário Abordagem topológica da presença do analista*, coordenado por Arlete Campolina, Belo Horizonte, 2016.

Obras consultadas:

Caso o autor do artigo tenha consultado outras fontes de informação, bibliográficas e não bibliográficas, que serviram de orientação editorial para seu texto, mas que **não** estão presentes como referências de citações diretas ou indiretas no corpo do texto, essas fontes devem ser relacionadas, em separado, como “**Obras consultadas**”, logo após o elemento pós-textual “**Referências**”.

ATO

escola de
psicanálise



Obra: O nome da Rosa

Artista: Lúcia Kubitschek

Essa obra é de 2016 e faz parte da série "A Biblioteca de Babel", inspirada no conto de Jorge Luiz Borges.